

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

MINHO E LIMA (RH1)



Parte 2 | Caracterização e Diagnóstico
Volume B

Abril | 2022



ÍNDICE

1. DISPONIBILIDADES DE ÁGUA.....	6
1.1. VARIÁVEIS DE ENTRADA.....	7
1.1.1. <i>Temperatura</i>	7
1.1.2. <i>Precipitação</i>	8
1.1.3. <i>Evapotranspiração</i>	13
1.2. DISPONIBILIDADES HÍDRICAS SUPERFICIAIS.....	14
1.2.1. <i>Regime natural</i>	14
1.2.2. <i>Regime modificado</i>	20
1.3. TRANSFERÊNCIAS DE ÁGUA ENTRE BACIAS HIDROGRÁFICAS LUSO-ESPAÑHOLAS.....	23
1.4. DISPONIBILIDADES HÍDRICAS SUBTERRÂNEAS.....	25
2. BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES	28
2.1. ÍNDICE DE ESCASSEZ WEI+.....	29
2.2. COEFICIENTE DE ESCASSEZ A APLICAR NA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS.....	32
3. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA.....	34
3.1. TEMPERATURA.....	35
3.2. PRECIPITAÇÃO.....	39
4. RISCOS	43
4.1. RISCOS NATURAIS.....	44
4.1.1. <i>Secas</i>	44
4.1.1.1. <i>Metodologia e critérios</i>	46
4.1.1.2. <i>Secas na década de 2010 a 2021</i>	48
4.1.2. <i>Inundações</i>	52
4.1.2.1. <i>Metodologia e critérios</i>	52
4.1.2.2. <i>Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações</i>	53
4.1.2.3. <i>Articulação entre PGRH e PGRI</i>	57
4.1.3. <i>Erosão costeira e instabilidade de arribas</i>	58
4.1.3.1. <i>Litoral baixo e arenoso</i>	58
4.1.3.2. <i>Litoral de arriba</i>	59
4.1.4. <i>Incêndios florestais</i>	61
4.1.5. <i>Tsunamis</i>	64
4.2. RISCOS TECNOLÓGICOS.....	65
4.2.1. <i>Acidentes no transporte de mercadorias perigosas</i>	65
4.2.2. <i>Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos</i>	65
4.2.3. <i>Colapso de pontes e aquedutos</i>	65
4.2.4. <i>Rutura de barragens</i>	65
4.2.5. <i>Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas</i>	66
ANEXOS.....	71
ANEXO I - LISTA DAS MASSAS DE ÁGUA IDENTIFICADAS NAS ARPSI.....	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Temperatura média mensal na RH	8
Figura 1.2 – Precipitação média anual para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência .9	
Figura 1.3 – Precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1930-2015	11
Figura 1.4 – Precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1989-2015	11
Figura 1.5 – Precipitação média mensal para o ano seco nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH	12
Figura 1.6 – Precipitação média mensal para o ano médio nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH	12
Figura 1.7 – Evapotranspiração média mensal na RH.....	13
Figura 1.8 – Esquema ilustrativo do modelo proposto por Temez para representar os fluxos de água numa bacia hidrográfica.....	15
Figura 1.9 – Escoamento médio anual para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência	16
Figura 1.10 – Escoamento médio mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1930-2015.....	17
Figura 1.11 – Escoamento médio mensal para os anos húmido, médio e seco para o período de 1989-2015, na RH....	18
Figura 1.12 – Escoamento médio mensal para o ano seco nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH	19
Figura 1.13 – Escoamento médio mensal para o ano médio nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH	19
Figura 1.14 – Escoamento anual para o regime modificado para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência.....	21
Figura 1.15 – Escoamento em regime modificado mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1989-2015	22
Figura 1.16 – Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área na RH	26
Figura 2.1 – Metodologia de cálculo do WEI+	30
Figura 2.2 – Valores do WEI+ mensal para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, na RH.....	31
Figura 2.3 – WEI+ anual por sub-bacia para o período de referência 1989-2015, na RH.....	32
Figura 3.1 – Anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação à normal de 1981-2010.....	35
Figura 3.2 – Anomalias da temperatura media global por décadas desde a era pré-industrial, considerando diferentes conjuntos de dados.....	35
Figura 3.3 – Anomalias observadas na temperatura do ar no período de verão na Europa	36
Figura 3.4 – Anomalias da média da temperatura do ar média por décadas, em Portugal continental, em relação aos valores médios no período 1971-2000	36
Figura 3.5 – Anomalias anuais da temperatura média em Portugal continental em relação ao valor normal 1971-2000, desde 1931	37
Figura 3.6 – Ranking dos 30 maiores valores da temperatura média do ar entre 1931 e 2020.....	37
Figura 3.7 – Variabilidade da temperatura do ar máxima e mínima anual, em Portugal continental no período 1931-2020	38
Figura 3.8 – Distribuição espacial das anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação ao valor normal 1971-2000.....	39
Figura 3.9 – Anomalias da precipitação por décadas, em Portugal continental, em relação aos valores médios no período 1971-2000	40
Figura 3.10 – Anomalias da quantidade de precipitação anual em Portugal continental, em relação ao valor médio no período 1971-2000	40
Figura 3.11 – Desvios (em relação ao valor médio 1971-2000) do total de precipitação anual em 2020.....	41
Figura 3.12 – Distribuição espacial da percentagem da precipitação em 2020, em relação ao valor normal 1971-2000	41
Figura 3.13 – Temperatura média do ar e precipitação em Portugal continental entre 1931 e 2020	42
Figura 3.14 – Desvio da precipitação mensal no ano hidrológico 2020/21 para a RH	42

Figura 4.1 – Evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para várias situações de seca (histórica: 1944/45; após 2000: 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17)	45
Figura 4.2 – Principais secas em Portugal Continental e sua extensão territorial, anos secos no período de 2011 a 2021 (Adaptado do Boletim de Seca de setembro de 2017 do IPMA)	48
Figura 4.3 – Índice SPI-12 para a Região Hidrográfica Minho e Lima	49
Figura 4.4 – Aplicação do índice Drought State Index for Reservoirs na RH1, sistema Alto Lindoso - Touvedo	50
Figura 4.5 – Eventos de inundação na RH.....	55
Figura 4.6 – Localização das ARPSI para a RH – 2.º ciclo, incluindo as áreas em Espanha	56
Figura 4.7 – Linha de costa em erosão (evolução de longo prazo).....	58
Figura 4.8 – Distribuição espacial das ocorrências de movimentos de massa de vertente em arriba e dos respetivos acidentes com pessoas	60
Figura 4.9 – Carta de perigosidade de incêndio florestal	61
Figura 4.10 – Incêndios rurais em Portugal Continental: ocorrências e área ardida	62
Figura 4.11 – Incêndios rurais em Portugal Continental: ocupação do solo	63
Figura 4.12 – Carta de suscetibilidade a tsunamis.....	64
Figura 4.13 – Massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais, por classe de severidade	69

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Número de estações de monitorização por rede de monitorização	7
Quadro 1.2 – Temperatura média mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)	7
Quadro 1.3 – Número de estações de monitorização por rede de monitorização	8
Quadro 1.4 – Precipitação média anual para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015)	9
Quadro 1.5 – Precipitação média mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1930-2015)	10
Quadro 1.6 – Precipitação média mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1930-2015)	10
Quadro 1.7 – Evapotranspiração média mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)	13
Quadro 1.8 – Escoamento médio anual para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015 e 1989-2015)	15
Quadro 1.9 – Escoamento médio mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1930-2015)	16
Quadro 1.10 – Escoamento médio mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1930-2015)	17
Quadro 1.11 – Escoamento médio mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1989-2015)	17
Quadro 1.12 – Escoamento médio mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1989-2015)	18
Quadro 1.13 – Escoamento anual em regime modificado para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015 e 1989-2015)	20
Quadro 1.14 – Escoamento em regime modificado mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1989-2015)	21
Quadro 1.15 – Escoamento em regime modificado mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1989-2015)	22
Quadro 1.16 – Afluências nos últimos cinco anos hidrológicos na RH	23
Quadro 1.17 – Afluências mensais e semanais nos últimos cinco anos hidrológicos na RH	23
Quadro 1.19 – Disponibilidade hídrica subterrânea na RH	26
Quadro 1.20 – Disponibilidade hídrica das massas de água subterrânea na RH	27
Quadro 2.1 – Categorias do índice WEI+	30
Quadro 2.2 – Valores do WEI+ mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)	30
Quadro 2.3 – Valores do WEI+ mensal e anual por sub-bacia (período 1989-2015)	31
Quadro 2.4 – Valores das classes do índice de escassez WEI+ e a sua correspondência com a variação do coeficiente de escassez a aplicar na TRH	33
Quadro 2.5 – Valores do coeficiente de escassez a associar às sub-bacias na RH	33
Quadro 3.1 – Dez anos com a temperatura máxima mais alta em Portugal continental (1931-2020)	38
Quadro 4.1 – Escala de valores de precipitação associados à classificação do SPI (European Drought Observatory)	47
Quadro 4.2 – Escala de valores associado índice Drought State Index for Reservoirs (DSIR)	48
Quadro 4.3 – Eventos reportados na RH, entre 2011 e 2018	54
Quadro 4.4 – Lista de ARPSI para a RH	56
Quadro 4.5 – Número de massas de água identificadas nas ARPSI, na RH	57
Quadro 4.6 – Ocorrências de movimentos de massa de vertente por ARH	60
Quadro 4.7 – Classificação das Grandes Barragens	66
Quadro 4.8 – Potenciais Riscos e Impactes associados a possíveis fontes de contaminação por substâncias perigosas	66
Quadro 4.9 – Classificação de severidade dos impactes	68
Quadro 4.10 – Massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais	68

1. DISPONIBILIDADES DE ÁGUA



1.1. Variáveis de entrada

A informação apresentada nos capítulos 1.1 e 1.2 resulta do trabalho desenvolvido para a APA, I.P. pelo Consórcio NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. / BLUEFOCUS – Unipessoal, Lda. / HIDROMOD – Modelação em Engenharia, Lda.

1.1.1. Temperatura

As superfícies de temperatura média mensal utilizadas na modelação hidrológica foram produzidas com os registos de estações climatológicas do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e da Agência Estatal de Meteorologia do Governo Espanhol (AEMET) (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 – Número de estações de monitorização por rede de monitorização

Rede	Temperatura
	N.º de estações com registo no período 10/1900-09/2019 e na zona de interesse
SNIRH	104
IPMA	39
AEMET	295
TOTAL	438

Tendo em conta a quantidade de dados disponíveis, restringiu-se a análise ao período entre outubro de 1930 e setembro de 2016 (86 anos hidrológicos e 1032 meses) e foram consideradas 438 estações de temperatura.

A interpolação espacial dos valores pontuais de temperatura média mensal foi concretizada recorrendo ao método IDW. O Quadro 1.2 apresenta os valores de temperatura obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.2 – Temperatura média mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Temperatura média (°C)												Anual
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Costeiras entre o Minho e o Lima	15,2	11,4	9,1	8,5	9,2	11,3	12,8	14,9	18,1	19,9	20,0	18,4	14,1
Lima	14,5	10,6	8,2	7,6	8,5	10,5	12,1	14,3	17,7	19,7	19,7	17,9	13,4
Minho	14,3	10,6	8,3	7,8	8,6	10,5	11,9	14,1	17,3	19,3	19,3	17,7	13,3
Neiva	15,3	11,5	9,0	8,5	9,2	11,3	12,9	15,1	18,4	20,3	20,3	18,6	14,2
Minho - Portugal	14,3	10,6	8,3	7,8	8,6	10,5	11,9	14,1	17,3	19,3	19,3	17,7	16,6
Lima - Portugal	14,5	10,6	8,2	7,6	8,5	10,5	12,1	14,3	17,7	19,7	19,7	17,9	16,9
RH	14,5	10,7	8,4	7,8	8,6	10,6	12,1	14,3	17,6	19,6	19,6	17,9	13,5
Bacias Internacionais													
Minho - Espanha	13,2	8,9	6,2	5,8	6,8	9,2	10,9	13,5	17,2	19,6	19,5	17,2	16,3
Minho (PT+ES)	13,3	9,0	6,3	5,9	6,8	9,2	10,9	13,6	17,2	19,5	19,5	17,3	12,4
Lima - Espanha	12,9	8,8	6,3	5,8	6,6	8,9	10,5	13,1	16,7	19,0	19,0	16,8	15,8
Lima (PT+ES)	13,6	9,6	7,2	6,7	7,5	9,7	11,3	13,7	17,2	19,3	19,3	17,3	12,7

Os valores médios mensais das bacias costeiras e do Neiva apresentam, em média, valores superiores aos das bacias do Minho e Lima. Na RH os meses de julho e agosto são os que registam valores médios mais elevados (Figura 1.1).

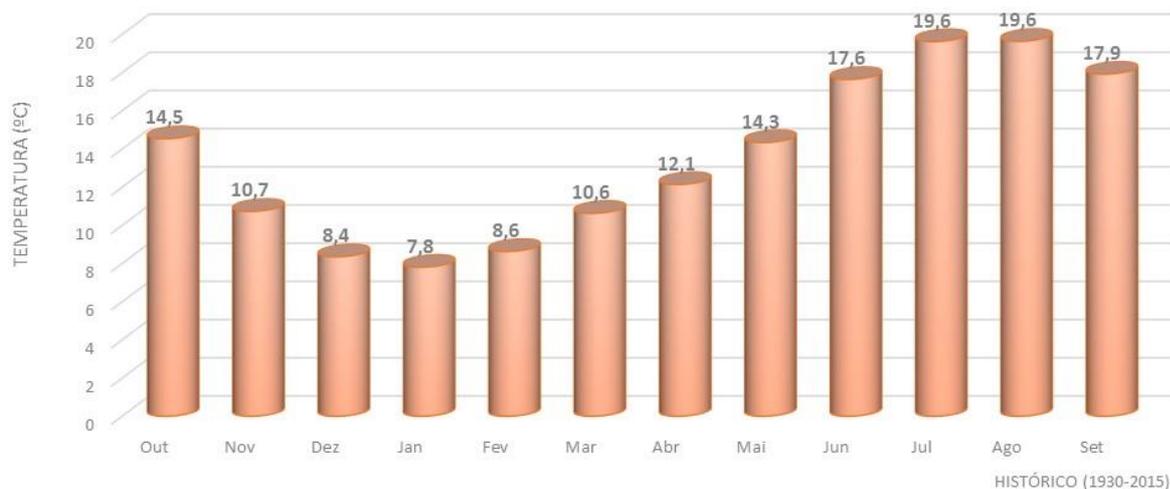


Figura 1.1 – Temperatura média mensal na RH

1.1.2. Precipitação

As superfícies de precipitação mensal utilizadas na modelação hidrológica foram produzidas com os registos de estações udométricas e climatológicas do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e da Agência Estatal de Meteorologia do Governo Espanhol (AEMET) (Quadro 1.3).

Quadro 1.3 – Número de estações de monitorização por rede de monitorização

Rede	Precipitação
	N.º de estações com registos no período 10/1900-09/2019
SNIRH	775
IPMA	59
AEMET	3594
TOTAL	4428

Tendo em conta a quantidade de dados disponíveis, restringiu-se a análise ao período entre outubro de 1930 e setembro de 2016 (86 anos hidrológicos e 1032 meses) e foram consideradas 3818 estações de precipitação.

A interpolação espacial dos valores pontuais de precipitação mensal foi concretizada recorrendo ao método IDW.

Uma vez que as variações de precipitação têm sofrido grandes alterações neste século, dividiu-se o período de referência (1930-2015) entre 1930-1989 e 1989-2015.

O Quadro 1.4 apresenta os valores de precipitação média anual para os anos húmido, médio e seco, obtidos para o período de referência 1930-2015, por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.4 – Precipitação média anual para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Precipitação média anual (mm)		
	Ano húmido (80%)	Ano médio	Ano seco (20%)
Costeiras entre o Minho e o Lima	2024	1726	1328
Lima	2401	1945	1473
Minho	2085	1716	1288
Neiva	2049	1659	1245
RH	2238	1827	1379

Observa-se que o valor de precipitação em ano seco para o período 1930-2015 apresenta, em média, um decréscimo de 25% relativamente ao ano médio e de 38% relativamente ao ano húmido.

A Figura 1.2 apresenta os valores de precipitação média anual para os anos húmido, médio e seco por região hidrográfica, obtidos para os três períodos de referência 1930-2015, 1930-1989 e 1989-2015.



Figura 1.2 – Precipitação média anual para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência

A análise comparativa dos dados para os vários períodos temporais, permite verificar uma redução generalizada da precipitação no período 1989-2015 relativamente ao período anterior de 1930-1988, sendo essa diminuição, em ano seco de 28%, em ano médio de 20% e em ano húmido de 16%.

O Quadro 1.5 e o Quadro 1.6 apresentam os valores de precipitação média mensal e anual para os anos médio e seco para o período 1930-2015, respetivamente, obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.5 – Precipitação média mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Precipitação média (mm)												Anual
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Costeiras entre o Minho e o Lima	177	215	241	243	192	185	130	126	60	28	36	93	1726
Lima	191	233	276	281	219	212	150	137	69	32	41	101	1945
Minho	173	206	241	245	193	185	134	122	62	29	35	91	1716
Neiva	167	200	236	238	187	178	127	118	60	27	33	86	1659
Minho - Portugal	173	206	241	245	193	185	134	122	62	29	35	91	1 716
Lima - Portugal	191	233	276	281	219	212	150	137	69	32	41	101	1 945
RH	182	220	258	262	206	198	141	130	65	30	38	95	1827
Bacias Internacionais													
Minho -Espanha	119	141	160	154	125	119	94	86	50	25	28	62	1 163
Minho (PT+ES)	121	144	164	159	128	122	95	88	50	25	28	63	1 189
Lima - Espanha	153	183	214	211	169	163	122	111	60	27	33	77	1 524
Lima (PT+ES)	171	207	244	245	193	186	136	124	65	30	37	88	1 725

Os valores médios mensais na sub-bacia hidrográfica do Lima são superiores aos das restantes sub-bacias. Na RH o mês de janeiro é o que regista os valores médios mais elevados de precipitação e o mês de julho os mais baixos.

Quadro 1.6 – Precipitação média mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Precipitação média (mm)												Anual
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Costeiras entre o Minho e o Lima	86	110	105	104	59	48	61	59	24	5	7	28	1328
Lima	83	93	107	110	56	50	68	66	25	8	8	32	1473
Minho	73	95	108	90	55	53	65	59	22	8	9	28	1288
Neiva	72	82	96	95	50	50	62	55	20	5	7	28	1245
RH	79	93	106	101	55	51	66	62	24	7	8	30	1379

Para o ano seco, a precipitação mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, variando essa redução entre menos 79% em agosto e menos 52% em maio.

A Figura 1.3 apresenta os valores de precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco para o período de referência 1930-2015 na RH.

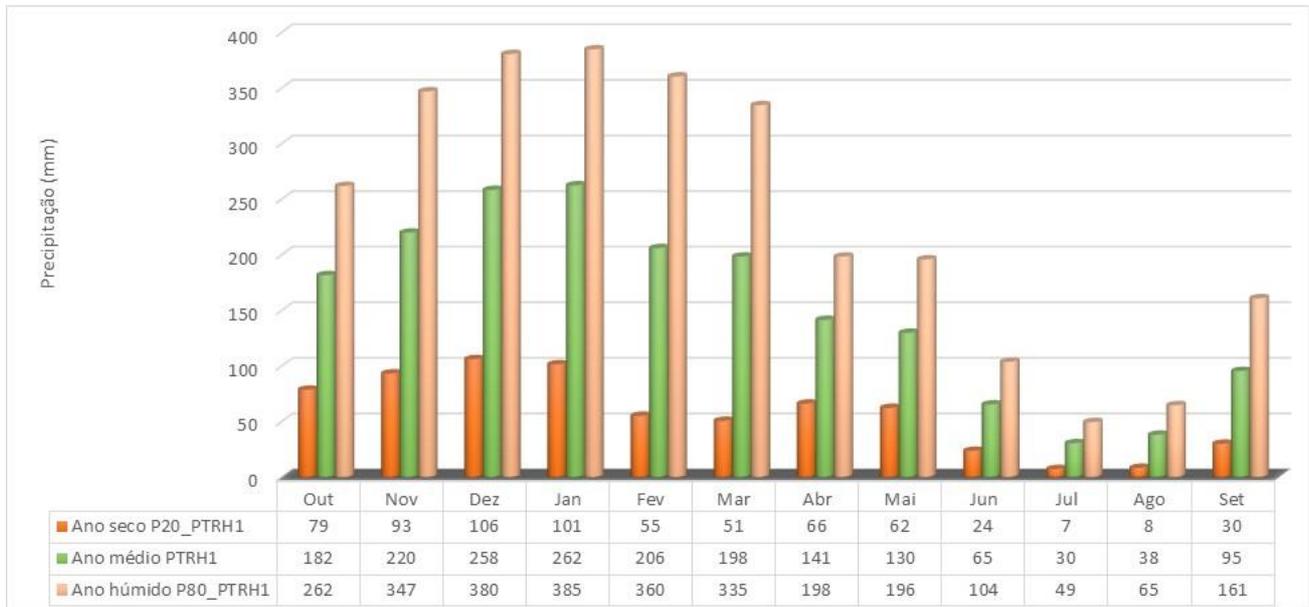


Figura 1.3 – Precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1930-2015

Na Figura 1.4 observam-se os valores de precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco para o período de referência 1989-2015.

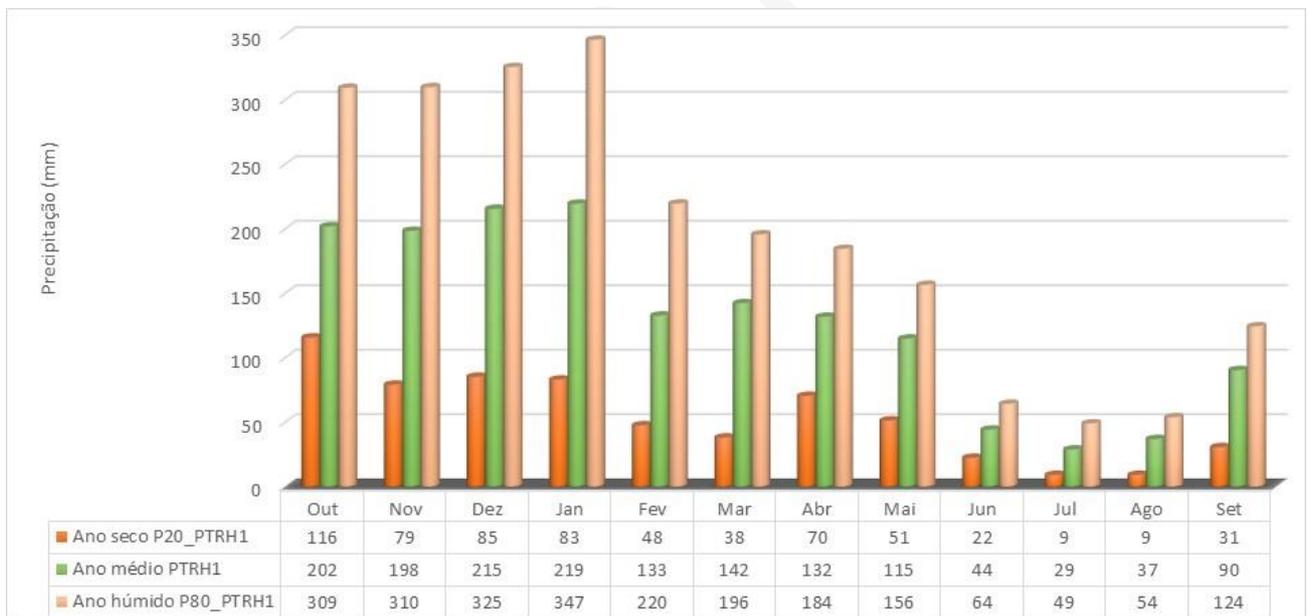


Figura 1.4 – Precipitação média mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1989-2015

Comparando os períodos de 1930-2015 e 1989-2015, verifica-se que, em regra, os valores de precipitação média referentes ao período entre 1989-2015 sofrem uma redução quer em ano médio quer em ano seco e húmido.

Para melhor se observarem as diferenças da precipitação média nos anos médio e seco para os três períodos de referência (1930-2015, 1930-1989 e 1989-2015) apresentam-se na Figura 1.5 a precipitação em ano seco e na Figura 1.6 a precipitação em ano médio.

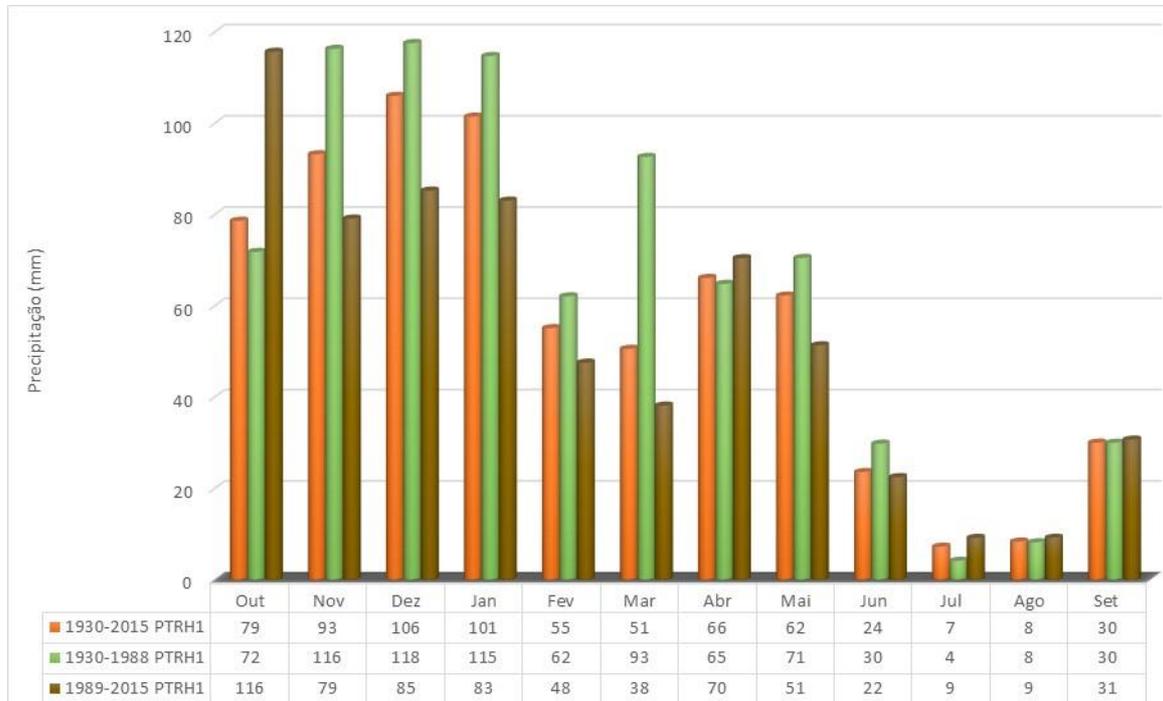


Figura 1.5 – Precipitação média mensal para o ano seco nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH

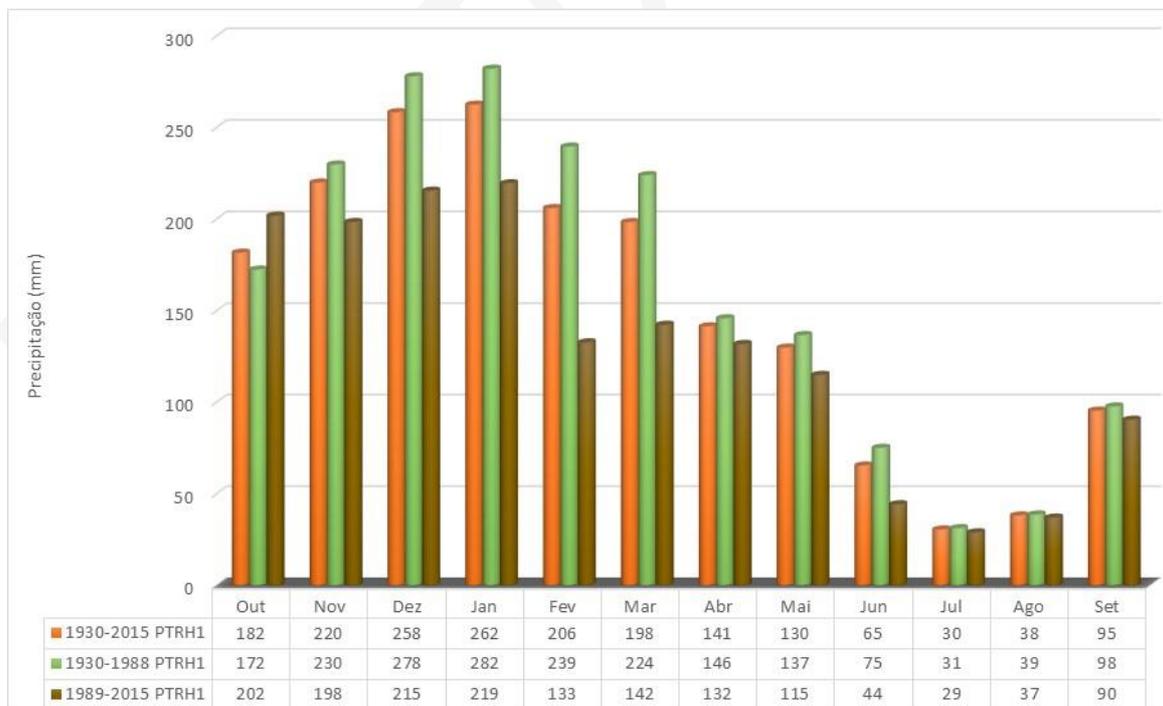


Figura 1.6 – Precipitação média mensal para o ano médio nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH

Em termos comparativos entre os períodos de análise verifica-se que, em ano seco, as precipitações mensais no período 1989-2015 são inferiores às do período 1930-1988, exceto nos meses de outubro, abril, julho, agosto e setembro. Já em ano médio essas diferenças mensais são sempre inferiores exceto no mês de outubro.

1.1.3. Evapotranspiração

A evapotranspiração potencial foi estimada a partir da temperatura do ar pelo método de Hargreaves, tendo em conta a maior disponibilidade de dados de temperatura.

O Quadro 1.7 apresenta a evapotranspiração potencial mensal média e anual por sub-bacia.

Quadro 1.7 – Evapotranspiração média mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Evapotranspiração média (mm)												Anual
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Costeiras entre o Minho e o Lima	65	38	29	33	42	72	91	116	138	149	135	99	1008
Lima	64	36	27	31	40	70	91	118	140	153	138	100	1007
Minho	61	35	26	29	39	68	88	115	136	148	133	96	974
Neiva	67	39	29	33	43	73	95	121	143	155	141	103	1041
Minho - Portugal	61	35	26	29	39	68	88	115	136	148	133	96	974
Lima - Portugal	64	36	27	31	40	70	91	118	140	153	138	100	1007
RH	63	36	27	31	40	70	90	117	139	151	137	99	999
Bacias Internacionais													
Minho - Espanha	60	32	23	26	37	67	89	121	144	159	143	100	1001
Minho (PT+ES)	60	32	23	26	37	67	89	121	144	158	142	100	1000
Lima - Espanha	61	33	24	27	37	66	88	119	143	159	143	100	1002
Lima (PT+ES)	62	35	26	29	39	68	89	118	142	156	141	100	1004

Os valores médios mensais na bacia hidrográfica do Lima são superiores aos da bacia do Minho e a bacia costeira entre o Minho e o Lima apresenta valores ligeiramente superiores às restantes. Na RH o mês de julho é o que regista valores mais elevados da ordem dos 151 mm (Figura 1.7).

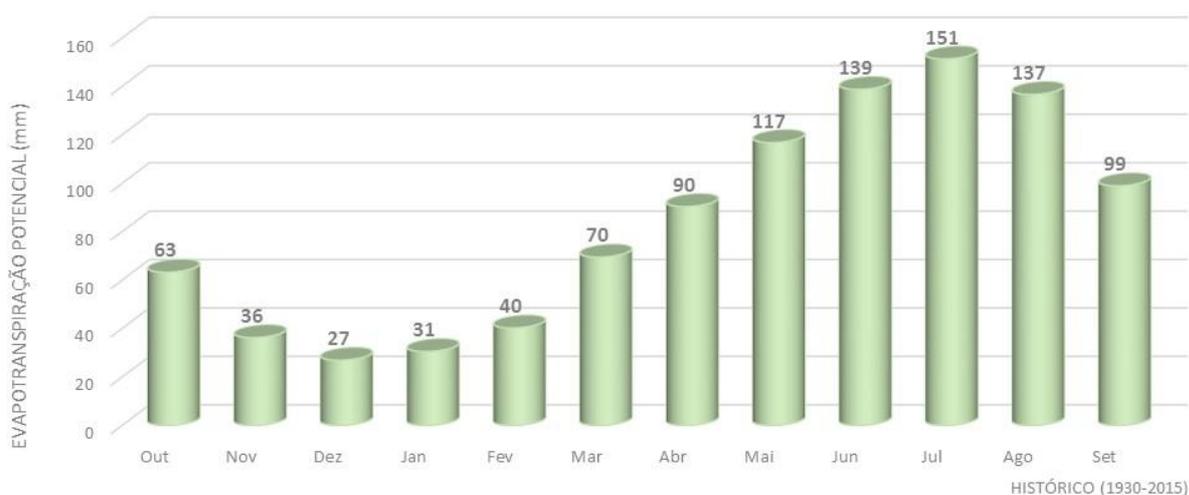


Figura 1.7 – Evapotranspiração média mensal na RH

1.2. Disponibilidades hídricas superficiais

As disponibilidades hídricas em regime natural referem-se ao volume disponível para escoamento superficial imediato à precipitação e para recarga de aquíferos, podendo ser definida como a diferença entre a precipitação e a evapotranspiração real. À escala anual, pode considerar-se que a disponibilidade hídrica natural é sensivelmente igual ao escoamento uma vez que, de um modo geral, os aquíferos, não têm capacidade de regularização inter-anual de escoamento. A transferência de volume de água entre períodos de tempo, ou regularização de afluências, permite uniformizar as disponibilidades, considerando-se neste caso as disponibilidades em regime modificado. Estas últimas são, por isso, indissociáveis da distribuição dos consumos e do esquema de operação dos reservatórios.

1.2.1. Regime natural

A avaliação das disponibilidades hídricas superficiais em regime natural foi realizada por modelação hidrológica para produzir séries de escoamento mensal a partir das séries de precipitação e de evapotranspiração potencial.

Adotou-se um modelo hidrológico distribuído matricial com uma resolução espacial de 1 km x 1 km e uma escala temporal mensal que implementa um modelo de balanço hídrico, conhecido por modelo de Temez.

Os dados do modelo são as superfícies de precipitação mensal e de temperatura média mensal, a partir das quais são calculadas as superfícies mensais de evapotranspiração potencial, evapotranspiração real, recarga dos aquíferos e escoamento total. O modelo possui 4 parâmetros:

- C – Coeficiente de excedente;
- U_{max} – Capacidade utilizável de água do solo, em mm;
- R_{max} – Taxa de recarga máxima, em mm/ Δt ;
- α – Coeficiente de esgotamento do aquífero, em 1/ Δt .

O modelo de Temez considera duas zonas da coluna litológica: uma zona superficial não saturada e uma zona subterrânea saturada, ambas simuladas através de dois reservatórios. A água armazenada no reservatório superficial corresponde à retenção de água à superfície do terreno e à humidade do solo, enquanto a água armazenada no reservatório subterrâneo corresponde ao armazenamento nos aquíferos da bacia hidrográfica. O reservatório superficial recebe água por precipitação, P, e perde por evapotranspiração, ETR, ou por excesso da sua capacidade de armazenamento. O excedente, X, infiltra-se e recarrega a zona saturada ou escoam-se superficialmente. O reservatório subterrâneo recebe água por recarga, R, e perde por esgotamento do aquífero, G. O escoamento superficial total da bacia, T, corresponde à soma do excedente superficial com a parcela proveniente do aquífero.

A Figura 1.8 apresenta o esquema proposto por Temez para representar os fluxos de água numa bacia hidrográfica.

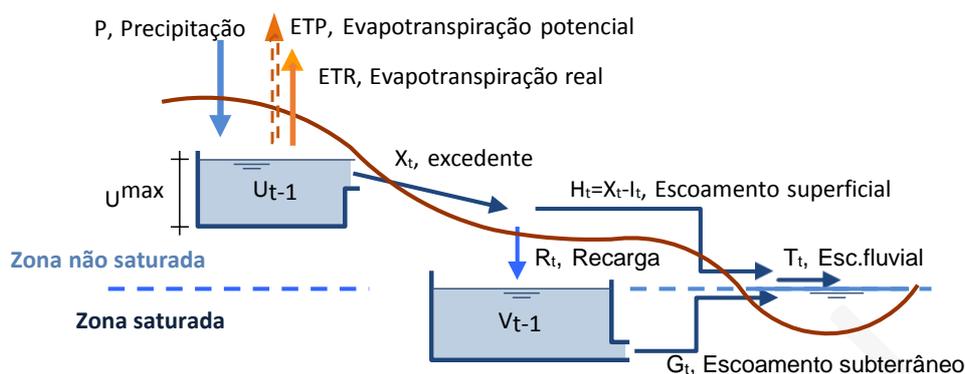


Figura 1.8 – Esquema ilustrativo do modelo proposto por Temez para representar os fluxos de água numa bacia hidrográfica

Uma vez que as variações de escoamento, como resultado da precipitação, têm sofrido grandes alterações neste século, dividiu-se o período de referência (1930-2015) entre 1930-1988 e 1989-2015 para melhor se observarem as diferenças do escoamento médio para estes períodos.

O Quadro 1.8 apresenta os valores de escoamento médio anual para os anos húmido, médio e seco, para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.8 – Escoamento médio anual para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015 e 1989-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio anual (hm ³) (período 1930-2015)			Escoamento médio anual (hm ³) (período 1989-2015)		
	Ano húmido (80%)	Ano médio	Ano seco (20%)	Ano húmido (80%)	Ano médio	Ano seco (20%)
Minho	15005	11718	7601	14020	10712	7253
Lima	3672	2687	1593	2312	2083	1209
Costeiras entre o Minho e o Lima	206	158	101	170	131	70
Neiva	339	245	151	212	197	95
RH	19222	14807	9445	16715	13123	8628

No período 1930-2015 observa-se que o valor de escoamento em ano seco representa, em média, uma redução de cerca de 36% relativamente ao ano médio e de 51% relativamente ao ano húmido. Uma análise análoga para o período 1989-2015, permite verificar que essas variações são menos acentuadas, com valores de escoamento em ano seco, em média, de cerca de menos 34% relativamente ao ano médio e de menos 48% relativamente ao ano húmido.

A Figura 1.9 apresenta os valores de escoamento médio anual para os anos húmido, médio e seco por região hidrográfica, obtidos para os três períodos de referência 1930-2015, 1930-1989 e 1989-2015.

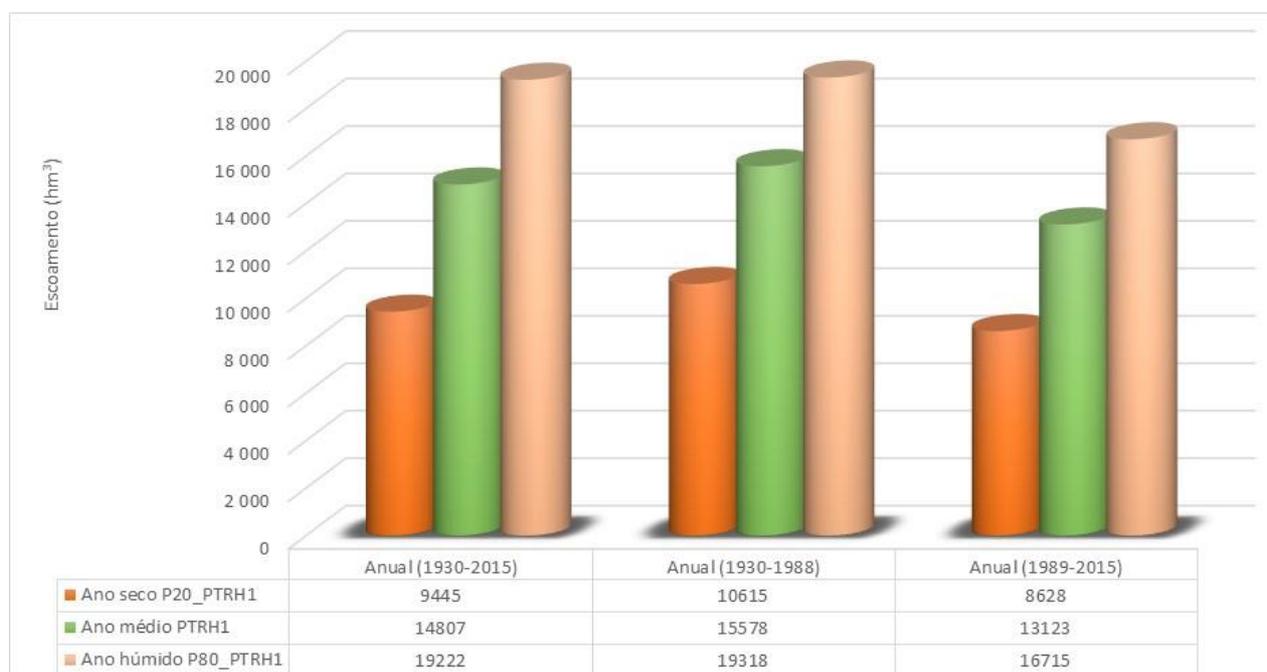


Figura 1.9 – Escoamento médio anual para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência

Comparando os vários períodos, verifica-se uma redução generalizada do escoamento no período 1989-2015 em relação ao período anterior de 1930-1988, sendo essa diminuição, em ano seco de cerca de 19%, em ano médio de cerca de 16% e em ano húmido de 13%.

O Quadro 1.9 e o Quadro 1.10 apresentam os valores de escoamento médio mensal e anual para os anos médio e seco para o período 1930-2015, respetivamente, obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.9 – Escoamento médio mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm³)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	794	1272	1861	1990	1649	1377	898	686	426	276	197	290	11718
Lima	170	296	456	504	399	348	197	146	62	30	23	55	2687
Costeiras entre o Minho e o Lima	12	20	27	30	23	20	10	8	2	1	1	4	158
Neiva	18	29	43	48	36	30	16	12	4	2	1	6	245
RH	994	1618	2387	2572	2107	1776	1121	852	495	309	222	355	14807
Bacias Internacionais													
Minho- Espanha	692	1107	1615	1719	1434	1191	791	606	390	257	183	255	10240
Lima - Espanha	18	34	62	73	64	54	33	24	14	9	6	6	397
Minho – Portugal*	794	1272	1861	1990	1649	1377	898	686	426	276	197	290	11718
Lima – Portugal*	170	296	456	504	399	348	197	146	62	30	23	55	2687

*Inclui o escoamento proveniente de Espanha.

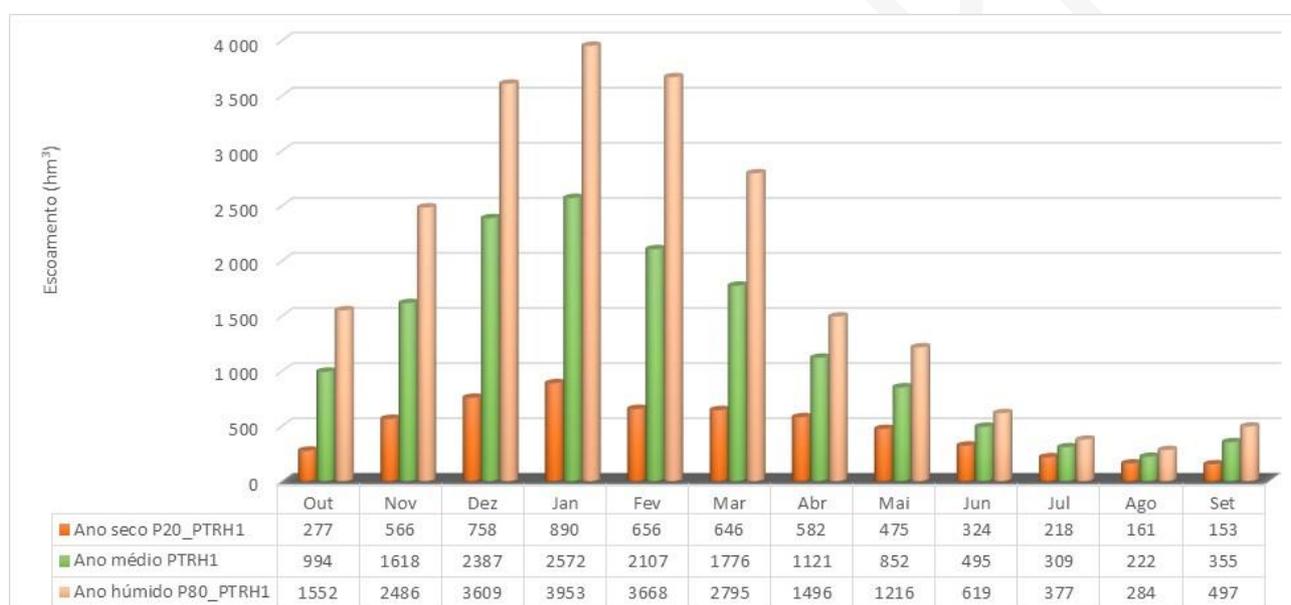
Os valores médios mensais na sub-bacia hidrográfica do Minho são superiores aos da sub-bacia do Lima. Na RH o mês de janeiro é o que apresenta os valores médios de escoamento mensal mais elevados com 2572 hm³.

Quadro 1.10 – Escoamento médio mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm ³)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	243	479	604	716	561	561	507	413	290	197	146	138	7601
Lima	29	76	133	151	86	78	68	58	31	19	14	14	1593
Costeiras entre o Minho e o Lima	3	5	9	10	5	3	3	2	1	1	0,4	0,4	101
Neiva	3	6	12	13	5	4	4	3	2	1	1	1	151
RH	277	566	758	890	656	646	582	475	324	218	161	153	9445

Para o período 1930-2015 verifica-se que, em ano seco, o escoamento mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, variando essa redução entre menos 72% em outubro e menos 27% em agosto.

A Figura 1.10 apresenta os valores de escoamento médio mensal e anual para os anos húmido, médio e seco para o período de referência 1930-2015 na RH.


Figura 1.10 – Escoamento médio mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1930-2015

O Quadro 1.11 e o Quadro 1.12 apresentam os valores de escoamento médio mensal e anual para os anos médio e seco, respetivamente, obtidos para o período de 1989-2015, por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.11 – Escoamento médio mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1989-2015)

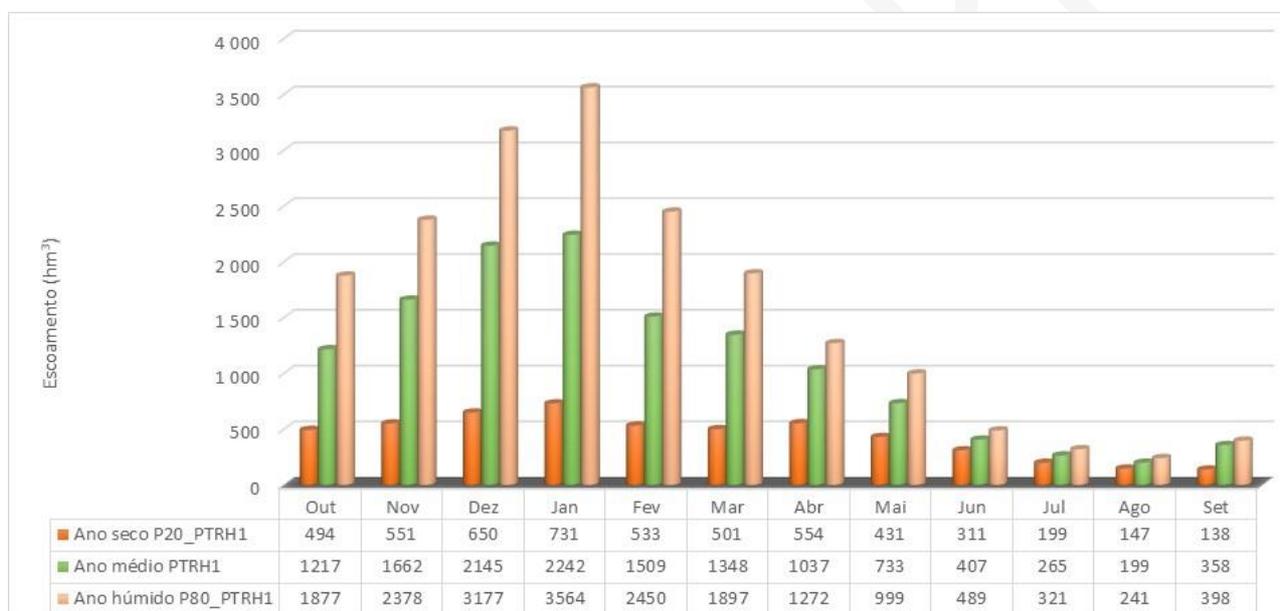
Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm ³)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	993	1351	1718	1787	1239	1082	855	604	364	240	180	299	10712
Lima	188	263	370	392	234	233	161	113	39	23	17	50	2083
Costeiras entre o Minho e o Lima	15	20	23	24	15	13	9	6	1	1	1	4	131
Neiva	22	28	35	39	22	20	13	9	2	1	1	5	197
RH	1217	1662	2145	2242	1509	1348	1037	733	407	265	199	358	13123

Quadro 1.12 – escoamento médio mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1989-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm ³)												Anual
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Minho	413	504	569	600	468	446	488	382	284	182	136	128	7253
Lima	70	40	67	115	59	50	61	45	25	15	10	10	1209
Costeiras entre o Minho e o Lima	4	4	8	6	2	1	2	1	1	0,4	0,4	0,4	70
Neiva	7	3	7	10	4	3	3	2	1	1	1	1	95
RH	494	551	650	731	533	501	554	431	311	199	147	138	8628

Para o período 1989-2015 em ano seco, o escoamento mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, variando entre menos 70% em novembro até menos 24% em junho.

A Figura 1.11 apresenta os valores mensais do escoamento médio para os anos húmido, médio e seco para o período de 1989-2015.


Figura 1.11 – Escoamento médio mensal para os anos húmido, médio e seco para o período de 1989-2015, na RH

Comparando os períodos de 1930-2015 e 1989-2015, verifica-se que, em regra, os valores de escoamento médio referentes ao período entre 1989-2015 sofrem uma redução quer em ano médio quer em ano seco e húmido.

Para melhor se observarem as diferenças do escoamento médio nos anos médio e seco para os três períodos de referência (1930-2015, 1930-1989 e 1989-2015) apresenta-se na Figura 1.12 o escoamento em ano seco e na Figura 1.13 o escoamento em ano médio.

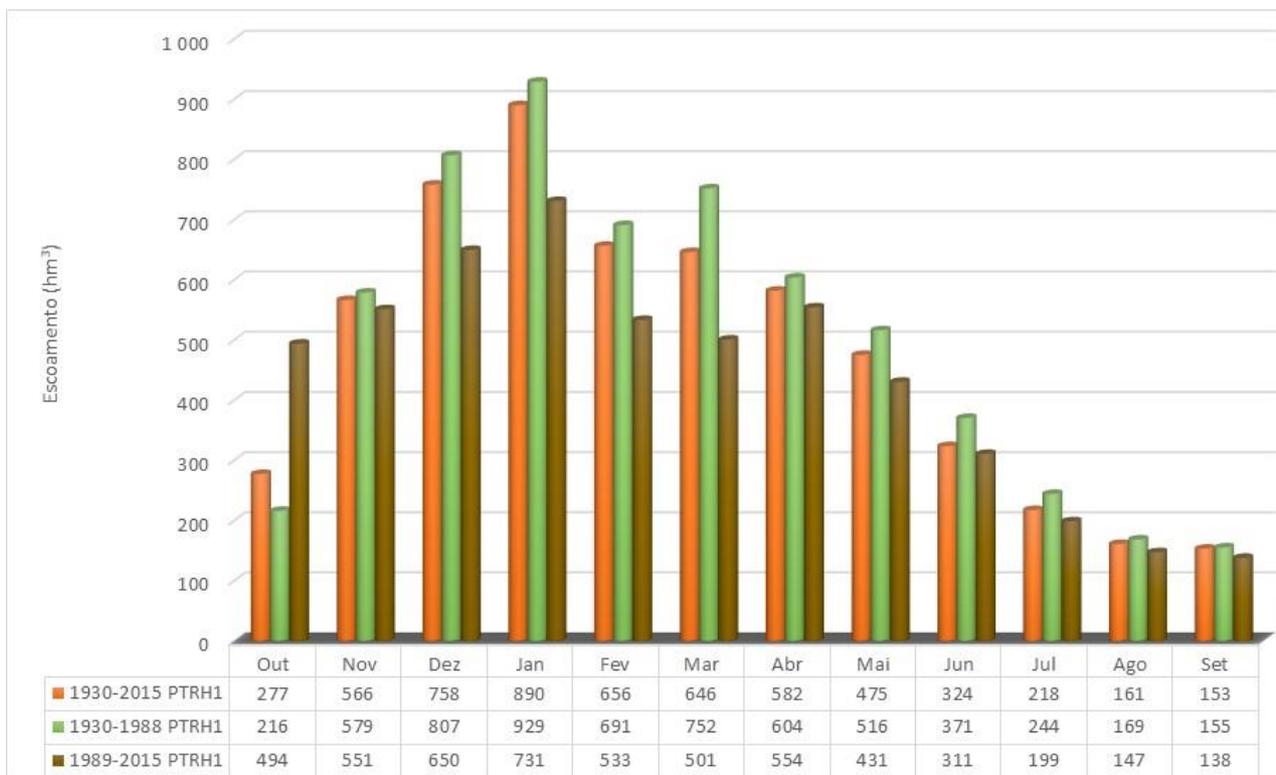


Figura 1.12 – Escoamento médio mensal para o ano seco nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH

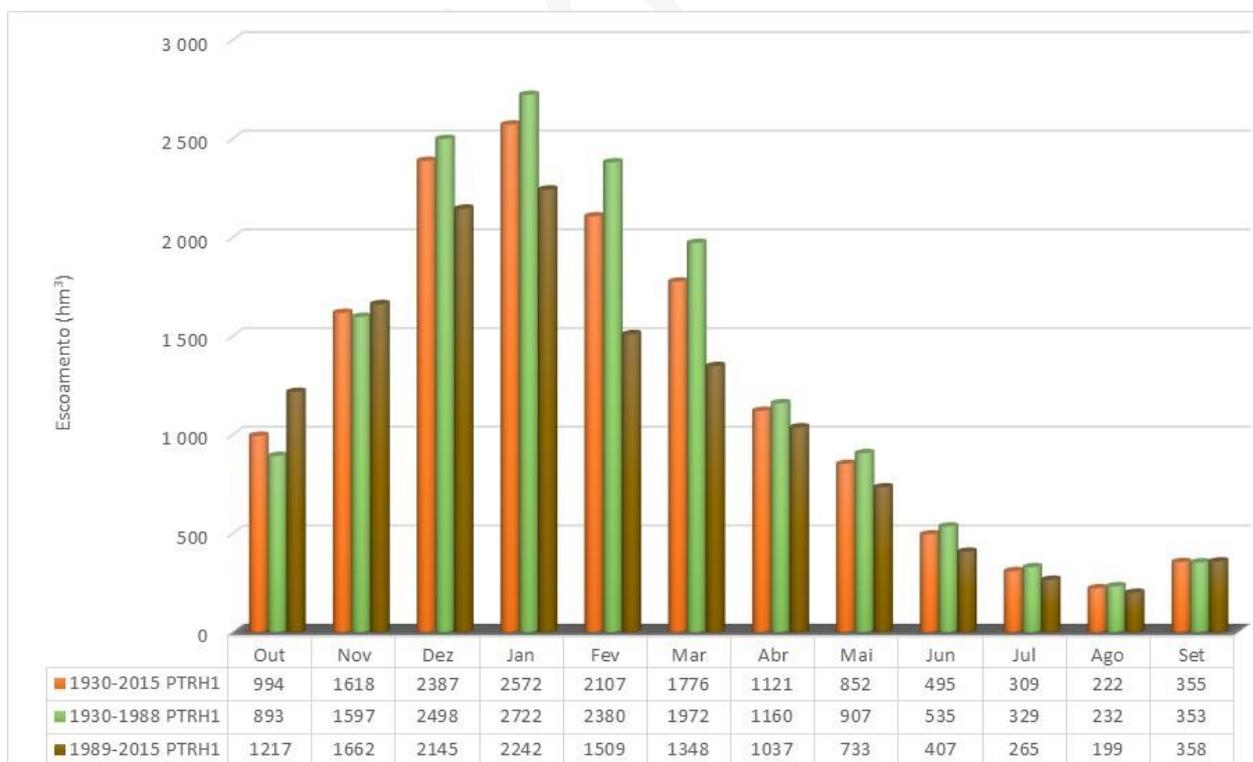


Figura 1.13 – Escoamento médio mensal para o ano médio nos três períodos de análise (1930-2015, 1930-1988 e 1989-2015) na RH

Em termos comparativos entre os períodos de análise verifica-se que, em ano seco, os escoamentos mensais no período 1989-2015 são sempre inferiores aos do período 1930-1988, exceto em outubro. Em ano médio verifica-se a mesma situação exceto nos meses de setembro a novembro.

O caudal ecológico corresponde ao regime de caudais que permite assegurar a conservação e a manutenção dos ecossistemas aquáticos naturais, o desenvolvimento e a manutenção das espécies aquícolas, assim como a conservação e manutenção dos ecossistemas ripícolas associados ao regime hidrológico natural.

O regime de caudal ecológico (RCE) é uma série temporal de caudais que deve ser mantido consoante as diferentes necessidades dos ecossistemas aquáticos ao longo do ano hidrológico, flexível em função das condições hidrológicas naturais que se verificam em cada ano (húmido ou seco). O RCE pode ser assumido como um valor de 10% das disponibilidades hídricas superficiais em regime natural. Este deve ser garantido em todas as massas de água e é fundamental para assegurar o cumprimento dos objetivos ambientais.

Para a determinação do RCE associado a infraestruturas hidráulicas foi elaborado um Guia Metodológico, anexo a este PGRH, que apresenta os métodos recomendados, a utilizar em Portugal Continental e em diferentes cenários, para a definição, aprovação e implementação de RCE.

1.2.2. Regime modificado

As disponibilidades potenciais de água em regime modificado foram estimadas através de um modelo simples que tem em conta a capacidade de armazenamento instalada a montante de cada secção. Este modelo agrega numa única albufeira toda a capacidade de armazenamento instalada a montante da secção de interesse e considera que as aflúências de água geradas em regime natural nessa bacia hidrográfica confluem, na sua totalidade, para essa albufeira.

Para efeitos de modelação consideram-se as aflúências a jusante de cada secção, às quais já foram retirados os volumes captados na secção a montante, obtendo-se assim as disponibilidades hídricas efetivamente disponíveis em cada secção modelada.

O Quadro 1.13 apresenta os valores de escoamento anual em regime modificado (hm^3) para os anos húmido, médio e seco, para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.13 – Escoamento anual em regime modificado para o ano húmido, médio e seco, por sub-bacia (período 1930-2015 e 1989-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio anual (hm^3) (período 1930-2015)			Escoamento médio anual (hm^3) (período 1989-2015)		
	Ano húmido (80%)	Ano médio	Ano seco (20%)	Ano húmido (80%)	Ano médio	Ano seco (20%)
Minho	14488	11140	6990	13768	10182	6681
Lima	3535	2624	1588	2646	2026	1283
Costeiras entre o Minho e o Lima	204	156	99	175	129	68
Neiva	325	232	139	252	185	81
RH	18553	14152	8816	16841	12521	8113

No período 1930-2015 observa-se que o valor de escoamento em ano seco representa, em média, uma redução de cerca de 38% relativamente ao ano médio e de 522% relativamente ao ano húmido. Uma análise análoga para o período 1989-2015, permite verificar valores de escoamento em ano seco, em média, de menos 35% relativamente ao ano médio e de menos 52% relativamente ao ano húmido.

A Figura 1.14 apresenta os valores de escoamento anual em regime modificado para os anos húmido, médio e seco para a região hidrográfica, obtidos para os três períodos de referência 1930-2015, 1930-1989 e 1989-2015.

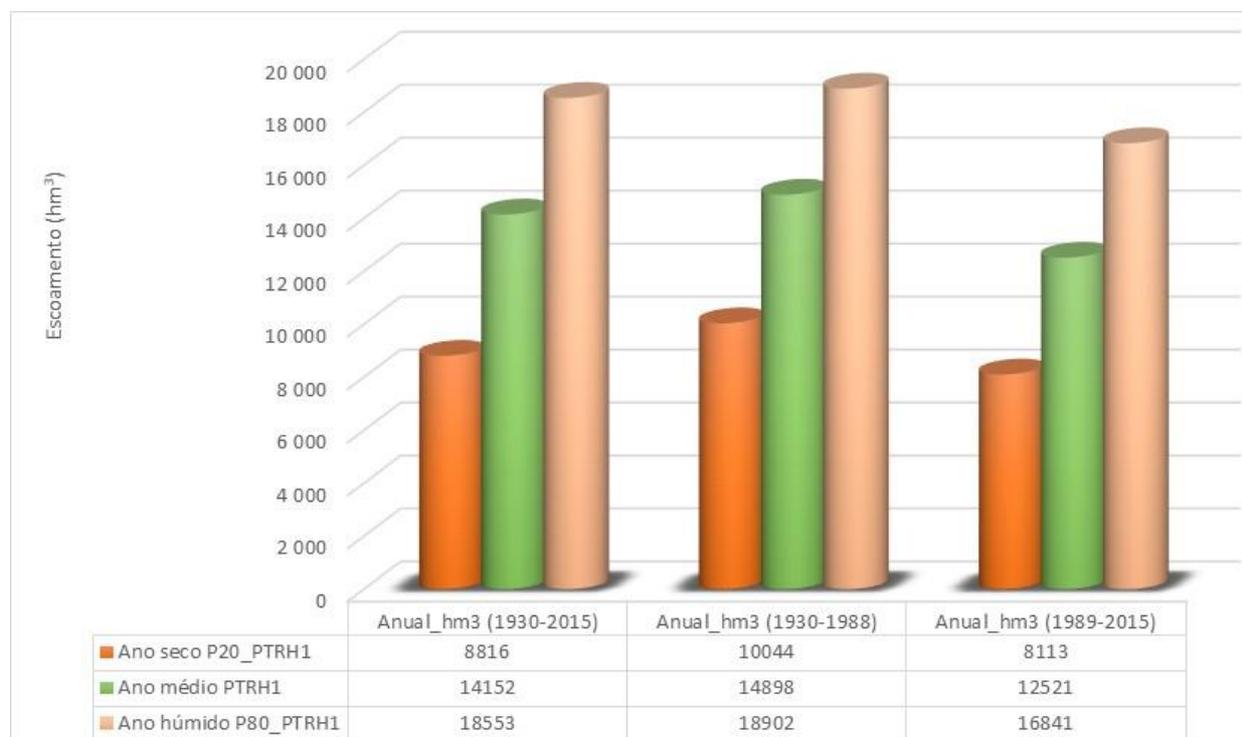


Figura 1.14 – Escoamento anual para o regime modificado para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência

Comparando os vários períodos, verifica-se uma redução do escoamento no período 1989-2015 em relação ao período anterior de 1930-1988, sendo essa diminuição, em ano seco de cerca de 19%, em ano médio de cerca de 16% e em ano húmido de 11%.

O Quadro 1.14 e o Quadro 1.15 apresentam os valores de escoamento em regime modificado mensal e anual para os anos médio e seco para o período 1989-2015, respetivamente, obtidos por sub-bacia hidrográfica.

Quadro 1.14 – Escoamento em regime modificado mensal e anual para o ano médio, por sub-bacia (período 1989-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm³)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	904	1303	1699	1755	1246	1072	758	547	319	178	142	260	10182
Lima	162	235	331	375	237	231	150	103	49	45	36	71	2026
Costeiras entre o Minho e o Lima	15	19	22	24	15	13	9	6	1	0,3	0,3	4	129
Neiva	20	26	34	38	21	19	12	8	1	0,0	0,2	4	185
RH	1102	1583	2086	2192	1519	1336	930	663	370	222	179	339	12521

Quadro 1.15 – Escoamento em regime modificado mensal e anual para o ano seco, por sub-bacia (período 1989-2015)

Sub-bacia/RH	Escoamento médio (hm ³)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	375	360	536	523	437	451	398	324	254	137	137	137	6681
Lima	87	99	122	179	125	104	98	54	45	24	31	53	1283
Costeiras entre o Minho e o Lima	4	4	8	5	2	1	2	1	0,4	0,1	0,02	0,1	68
Neiva	6	2	6	9	3	2	2	1	0,1	0,01	0,01	0,02	81
RH	472	465	672	717	568	559	501	380	299	161	168	190	8113

Para o período 1989-2015 verifica-se que, em ano seco, o escoamento mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, variando essa redução entre menos 71% em novembro e menos 6% em agosto.

A Figura 1.15 apresenta os valores de escoamento em regime modificado mensal e anual para os anos húmido, médio e seco para o período de referência 1989-2015 na RH.

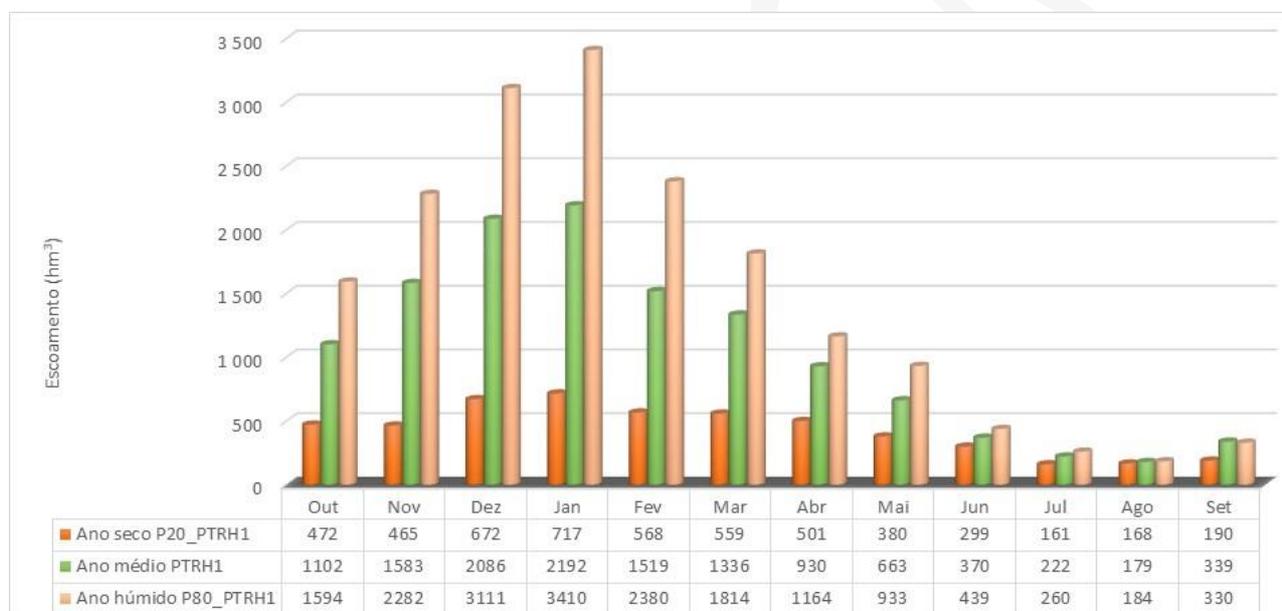


Figura 1.15 – Escoamento em regime modificado mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1989-2015

1.3. Transferências de água entre bacias hidrográficas Luso-Espanholas

Historicamente, os governos de Espanha e de Portugal têm assinado acordos bilaterais, em benefício mútuo, sobre o uso e aproveitamento dos rios transfronteiriços. As bacias hidrográficas a que se referem as convenções são as dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Desde 2000 que os dois países fazem cumprir a designada Convenção de Albufeira, que está traduzida pelas normas contidas na Resolução da Assembleia da República n.º 66/99, de 17 de agosto e na Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008, de 14 de novembro.

O artigo 16.º da convenção dispõe, no seu n.º 1, que “as Partes, no seio da Comissão, definem, para cada bacia hidrográfica, de acordo com métodos adequados à sua especificidade, o regime de caudais necessário para garantir o Bom estado das águas, os usos atuais e futuros (versão da revisão operada em 2008)”. O mesmo artigo estipula no seu n.º 5 que, “até que se defina o regime de caudais a que se refere o n.º 1 do presente artigo, aplica-se o constante do Protocolo Adicional a esta Convenção”. Este regime foi aprofundado em 2008 quando teve lugar a referida revisão daquele Protocolo Adicional, revisão essa que fixou valores para os caudais mínimos trimestrais e semanais em secções de referência à entrada em Portugal (obrigação da Parte espanhola – ES) e do estuário (obrigação da Parte portuguesa – PT).

De acordo com os Relatórios Hidrometeorológicos Anuais - Regime de Caudais (dos anos hidrológicos entre 2015/16 a 2019/20) foram alcançadas afluências mínimas que comprovam o cumprimento generalizado da Convenção de Albufeira. A garantia de cumprimento destes volumes afluentes acordados na referida Convenção apesar de serem caudais mínimos, têm um peso considerável perante os recursos hídricos superficiais médios gerados nas bacias nacionais, sendo um contributo relevante para as disponibilidades.

O Quadro 1.16 apresenta as afluências anuais na RH de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 66/99, de 17 de agosto.

Quadro 1.16 – Afluências nos últimos cinco anos hidrológicos na RH

Bacia hidrográfica	Estações	Ano Hidrológico	Volume afluente anual (hm3)	Relação ao mínimo anual estabelecido na Convenção (%)	Volume afluente mínimo anual estabelecido na Convenção (hm3)
Minho	Barragem de Frieira	2015/16	12449	336	3 700
		2016/17	3730	101	
		2017/18	8531	231	
		2018/19	6429	174	
		2019/20	11675	316	

Fonte: Relatórios Hidrometeorológicos do Regime de Caudais - Ano Hidrológico 2015/16; 2016/17; 2017/18; 2018/19 e 2019/20 – CADC.

O Quadro 1.17 apresenta as afluências mensais e semanais na RH de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008, de 14 de novembro.

Quadro 1.17 – Afluências mensais e semanais nos últimos cinco anos hidrológicos na RH

Bacia hidrográfica	Estações	Ano Hidrológico	Trimestres	Volume afluente trimestral (hm3)	Volume mínimo trimestral estabelecido na Convenção (hm3)	Volume afluente mínimo semanal estabelecido na Convenção (hm3)
Minho	Barragem de Frieira	2015/16	1.º T	1155	440	-
			2.º T	6471	530	
			3.º T	3682	330	
			4.º T	1141	180	
		2016/17	1.º T	818	440	
			2.º T	1384	530	

Bacia hidrográfica	Estações	Ano Hidrológico	Trimestres	Volume afluente trimestral (hm3)	Volume mínimo trimestral estabelecido na Convenção (hm3)	Volume afluente mínimo semanal estabelecido na Convenção (hm3)
			3.ºT	817	330	
			4.ºT	712	180	
		2017/18	1.º T	506	440	
			2.ºT	3797	530	
			3.ºT	3091	330	
			4.ºT	1137	180	
		2018/19	1.º T	1812	440	
			2.ºT	2575	530	
			3.ºT	1404	330	
			4.ºT	639	180	
		2019/20	1.º T	5388	440	
			2.ºT	3607	530	
			3.ºT	1724	330	
			4.ºT	956	180	

Fonte: Relatórios Hidrometeorológicos do Regime de Caudais - Ano Hidrológico 2015/16; 2016/17; 2017/18; 2018/19 e 2019/20 – CADC.

A bacia hidrográfica do Minho não apresenta incumprimentos do regime anual e trimestral.

1.4. Disponibilidades hídricas subterrâneas

As disponibilidades hídricas subterrâneas correspondem ao volume de água que uma massa de água subterrânea pode fornecer, anualmente, em condições naturais. Este volume está estreitamente relacionado com a recarga que constitui a quantidade de água que atinge o nível freático e que contribui para o aumento da quantidade de água armazenada. A recarga ocorre, maioritariamente, devido à infiltração da precipitação, mas podem ocorrer outros processos, tais como as trocas de água com outras massas de água e por drenagem. Estes dois últimos processos são muito difíceis de se conhecer e quantificar sem se recorrer a estudos aplicados e aprofundados de campo, pelo que se considera que a recarga provem da precipitação.

A recarga pode ocorrer naturalmente ou por indução, isto é, devido à ação humana, mas apenas se abordará a recarga natural como variável do ciclo hidrológico.

No decurso do terceiro ciclo de planeamento decorreu um projeto do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) com a APA, I.P., intitulado “Desenvolvimento de métodos específicos para a avaliação da recarga das massas de água subterrâneas, para melhorar a avaliação do estado quantitativo”, com *términus* em julho de 2017. Este trabalho definiu uma metodologia para quantificar a recarga das massas de água subterrânea para os diferentes meios litológicos e, conseqüentemente, hidrogeológicos, a nível nacional. No documento “Critérios para a classificação das massas de água” encontra-se uma descrição mais detalhada.

Foi desenvolvido um Índice de Potencial de Infiltração (IPI), em que as áreas com maior potencial de infiltração correspondem a áreas que reúnem um conjunto de condições favoráveis à infiltração, tais como a litologia, a estrutura, o grau de alteração das rochas, a densidade de lineamentos tectónicos, a ocupação do solo, a densidade da rede hidrográfica, o declive e a precipitação. A cada um destes fatores foi atribuído um peso de ponderação e um peso específico que foram calculados de acordo com o método AHP – Analytical Hierarchy Process (ISEP, 2017).

Este IPI foi convertido numa taxa de infiltração e com o cálculo da precipitação média, por ano hidrológico, de uma série de 86 anos de dados (1930 a 2016), calculou-se a recarga por massa de água.

Uma vez que o meio hidrogeológico (poroso, cársico e fissurado) influencia os parâmetros que vão contribuir para a taxa de recarga, o estudo do ISEP desenvolveu diferentes Índices de Potencial de Infiltração, conforme o meio hidrológico presente.

Esta questão da heterogeneidade dos meios está relacionada com a principal diferença entre as massas de água que estão associadas a sistemas aquíferos e aquelas que estão associadas a sistemas aquíferos indiferenciados. Por esta razão, deve-se ter em conta o grau de incerteza associado à disponibilidade por unidade de área diferenciando-se, desta forma, a importância da disponibilidade hídrica subterrânea por massa de água, e, conseqüentemente, por região hidrográfica, atendendo aos diferentes meios hidrogeológicos, Quadro 1.18.

Quadro 1.18 – Classificação da heterogeneidade do meio

	Massas de água subterrânea indiferenciadas	Massas de água subterrânea diferenciadas		
		Aquíferos cársicos	Aquíferos fissurados	Aquíferos porosos
Heterogeneidade do meio	Alta	Média		Baixa

Da análise efetuada verifica-se que as massas de água subterrânea indiferenciadas são as que apresentam a maior incerteza espacial. Esta incerteza não está só relacionada com a disponibilidade hídrica, mas também

com a produtividade das captações e com a qualidade da água. No geral são formações com fraca capacidade hidrogeológica, de importância local e por vezes com formações geológicas de várias naturezas.

Atribuiu-se o grau de variabilidade médio às massas de água associadas a sistema aquíferos, essencialmente, cársicos, fissurados ou mistos. Estas massas de água correspondem a formações hidrogeológicas mais ou menos contínuas, de importância regional, embora, a sua natureza geológica possa levar a importantes variações de comportamento a nível local.

Foi atribuído o grau de variabilidade mais baixo às massas de água subterrânea associadas a sistemas aquíferos constituídos, essencialmente, por formações porosas. Apesar de ocorrerem também vários graus de incerteza entre estes aquíferos, teoricamente, estas serão as massas de água mais homogêneas no que se refere à dispersão espacial das suas características hidrogeológicas.

A disponibilidade hídrica subterrânea, por unidade de área, associada ao grau de variabilidade é apresentada no Quadro 1.19 e na Figura 1.16.

Quadro 1.19 – Disponibilidade hídrica subterrânea na RH

Disponibilidade hídrica subterrânea total (hm ³ /ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea média por unidade de área (hm ³ /km ² ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea associada ao grau de variabilidade (hm ³ /ano)		
		Grau de variabilidade baixo	Grau de variabilidade médio	Grau de variabilidade alto
219,97	0,09	0,00	0,00	217,97

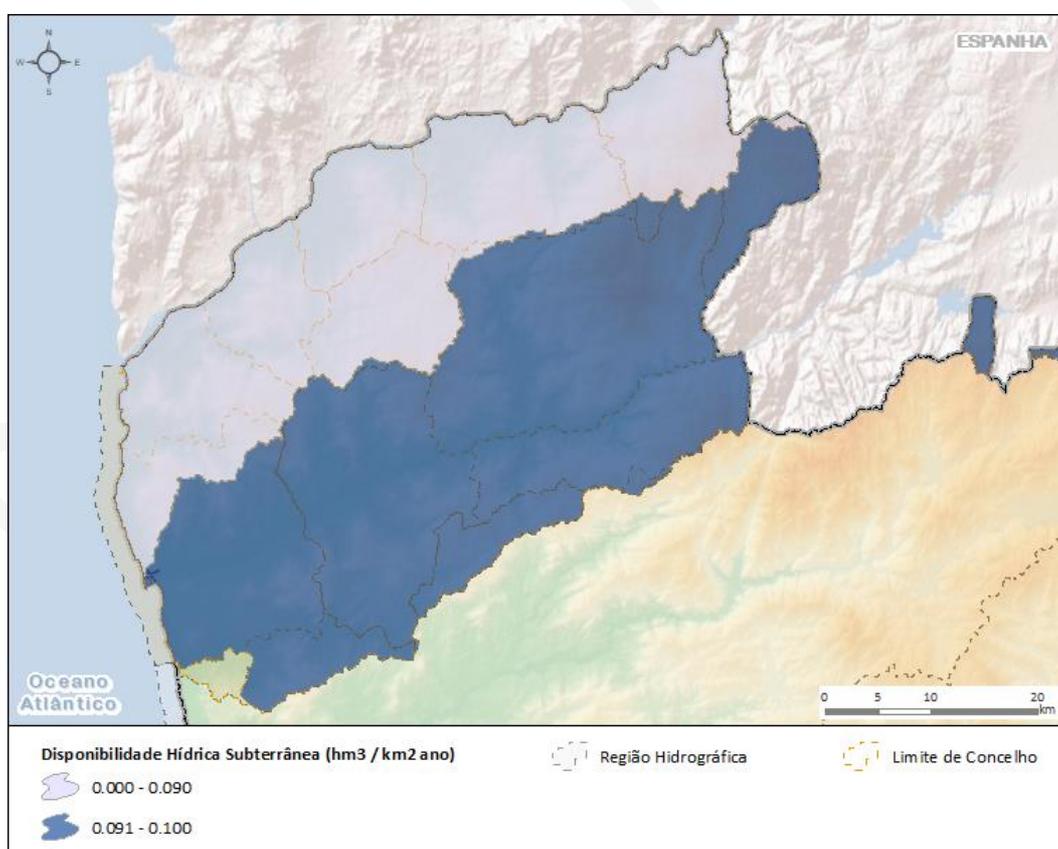


Figura 1.16 – Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área na RH

Nas massas de água subterrânea da RH a disponibilidade de água está, na totalidade, associada a meios hidrogeológicos com grau de variabilidade alto.

O Quadro 1.20 apresenta a disponibilidade hídrica subterrânea, por massa de água, nesta RH.

Quadro 1.20 – Disponibilidade hídrica das massas de água subterrânea na RH

Massa de água		Disponibilidade hídrica subterrânea anual (hm ³ /ano)	Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área (hm ³ /km ² ano)	Heterogeneidade do meio
A0X1RH1	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Minho	84,46	0,09	Alta
A0X2RH1_ZV2006	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Lima	133,50	0,09	Alta

Da análise do quadro, observa-se que as duas massas de água subterrânea apresentam a mesma disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área.

2. BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES



A assimetria das disponibilidades hídricas em Portugal é bastante elevada, tanto em termos espaciais, como sazonais e anuais. Como consequência desta variabilidade, é fundamental dispor da capacidade de armazenamento das albufeiras e dos aquíferos em exploração, de forma a dar resposta às necessidades hídricas dos diferentes setores. Porém, em situações extremas, a disponibilidade de água pode não ser suficiente para garantir a manutenção do abastecimento de água às utilizações, dando origem a situações de escassez.

A escassez hídrica define-se por um desequilíbrio entre a procura e a oferta de água em condições sustentáveis, com base em análises efetuadas a longo prazo. A forma mais expedita de proceder à sua avaliação passa pela realização de um balanço hídrico, aferindo-se assim os níveis de garantia ou de vulnerabilidade. A escassez hídrica pode ser um fenómeno conjuntural, quando associada a curtos períodos de tempo e motivada pela redução temporal das disponibilidades ou aumento da procura, ou estrutural, quando a procura de modo cíclico ou frequente excede o recurso mobilizável.

Uma análise de balanço hídrico deve, por norma, estar associada à realização de um balanço hidrológico uma vez que boa parte dos consumos é também, de modo mais ou menos direto, função de variáveis meteorológicas (e.g. necessidade de água para rega / evapotranspiração). Por definição, uma equação do balanço hidrológico relaciona as afluências e efluências ocorridas num determinado espaço e durante um certo período de tempo, com a variação do volume no interior desse espaço.

A realização do balanço com base apenas nas disponibilidades hídricas anuais tem a vantagem de permitir não só analisar de forma integrada as necessidades de água supridas por origem superficial e subterrânea, como também identificar eventuais situações de escassez de água. Porém, este tipo de análise não considera as situações de escassez hídrica derivadas da variabilidade sazonal dos recursos hídricos ou da eventual desadequação dos sistemas de captação ou adução à própria disponibilidade de água. Neste âmbito realiza-se um balanço hídrico, com desagregação mensal, entre disponibilidades e volumes captados de água. O crescimento contínuo dos consumos de água face às disponibilidades limitadas pode levar a situações críticas quando estas disponibilidades diminuem em consequência da ocorrência de secas.

A informação apresentada neste item resulta do trabalho desenvolvido para a APA, I.P. pelo Consórcio NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. / BLUEFOCUS – Unipessoal, Lda. / HIDROMOD – Modelação em Engenharia, Lda.

2.1. Índice de escassez WEI+

O índice de escassez WEI+ surge no seguimento do WEI (*Water Exploitation Index*), que corresponde à razão entre a procura média anual de água e os recursos médios disponíveis a longo prazo e permite assim avaliar o *stress* hídrico a que se encontra sujeito um território. O WEI+ tem por objetivo complementar o WEI, incorporando no cálculo da vulnerabilidade a situações de escassez, os retornos de água ao meio hídrico, bem como os caudais ambientais ecológicos. O WEI+ é assim definido como a razão entre o volume total de água captado e as disponibilidades hídricas renováveis, calculadas através da expressão:

$$\text{Disponibilidades hídricas renováveis} = \text{Precipitação} - \text{Evapotranspiração} + \text{Afluências externas} - \text{Necessidades hídricas} + \text{Retornos}$$

As necessidades hídricas incluem não só os caudais ambientais, como também os volumes que devem estar disponíveis de forma a cumprir outros requisitos como, por exemplo, a navegação ou tratados internacionais em rios transfronteiriços. Estes volumes, calculados no âmbito do WEI+, correspondem a 10% do valor do escoamento de cada região hidrográfica. Por retorno entende-se o volume de água que é devolvido ao meio hídrico após utilização pelos setores e que se encontra disponível para ser reutilizado. A avaliação da escassez, baseado no cálculo do WEI, divide-se em seis categorias (Quadro 2.1).

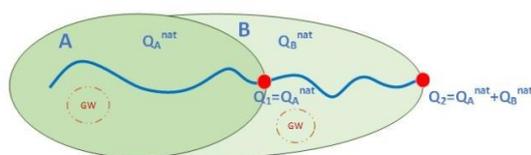
Quadro 2.1 – Categorias do índice WEI+

WEI+ inferior a 10% - Sem escassez
WEI+ entre 10% e 20% - Escassez baixa
WEI+ entre 20% e 30% - Escassez moderada
WEI+ entre 30% e 50% - Escassez elevada
WEI+ entre 50% e 70% - Escassez severa
WEI+ superior a 70% - Escassez extrema

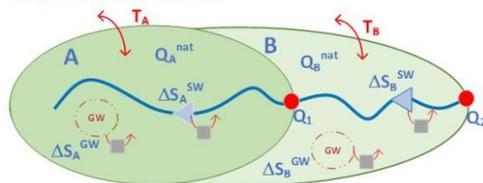
A Figura 2.1 mostra as duas metodologias de cálculo do índice de escassez WEI+. Optou-se por calcular o índice a partir dos resultados do modelo Mike Hydro Basin, para permitir o seu cálculo para qualquer ponto da rede de simulação. Para tal, foi necessário dar especial atenção à integração no modelo das disponibilidades de água subterrânea e dos usos satisfeitos por essa origem.

Cálculo do WEI+

Regime natural



Regime modificado



WEI+ = Water use / RWR

- RWR = Renewable water resources
- Water use = Abstractions – Returns

$$Q_1 = Q_A^{\text{nat}} + T_A - \Delta S_A - Ev_A - (\text{Abst-Ret})_A$$

$$Q_2 = Q_1 + Q_B^{\text{nat}} + T_B - \Delta S_B - Ev_B - (\text{Abst-Ret})_B$$

Duas formas de calcular RWR:

$$RWR_B = Q_1 + Q_B^{\text{nat}} + T_B - \Delta S_B - Ev_B$$

$$RWR_B = Q_2 + (\text{Abst-Ret})_B$$

Figura 2.1 – Metodologia de cálculo do WEI+

O Quadro 2.2 e o Quadro 2.3 apresentam os valores do WEI+ a nível mensal e anual por sub-bacia e por RH, para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, respetivamente.

Quadro 2.2 – Valores do WEI+ mensal e anual por sub-bacia (período 1930-2015)

Sub-bacia/RH	WEI+ (%)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	1%	1%	1%	0,2%	0,3%	0,4%	1%	1%	2%	5%	6%	4%	2%
Lima	4%	2%	2%	2%	3%	3%	4%	10%	16%	19%	21%	9%	8%
Neiva	26%	16%	13%	13%	17%	22%	28%	49%	82%	99%	98%	64%	44%
Costeiras entre o Minho e o Lima	18%	9%	10%	8%	11%	18%	11%	21%	33%	58%	73%	44%	26%
RH	1%	1%	0,4%	0,3%	0,4%	1%	1%	3%	5%	9%	10%	4%	3%

Quadro 2.3 – Valores do WEI+ mensal e anual por sub-bacia (período 1989-2015)

Sub-bacia/RH	WEI+ (%)												
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Anual
Minho	1%	0,4%	4%	0,3%	0,3%	0,5%	1%	2%	3%	5%	6%	6%	2%
Lima	6%	4%	5%	4%	8%	7%	5%	14%	20%	24%	26%	12%	11%
Neiva	12%	25%	21%	13%	30%	36%	36%	59%	94%	100%	97%	61%	49%
Costeiras entre o Minho e o Lima	5%	15%	15%	11%	23%	30%	13%	31%	43%	68%	78%	46%	32%
RH	1%	1%	0,5%	0,3%	0,4%	1%	2%	3%	5%	10%	10%	5%	3%

Para Portugal continental foi obtido um índice WEI+ de 27% para o período 1930-2015 e de 29% para o período 1989-2015 o que indica que Portugal continental se encontra em situação de escassez moderada.

Considerando o escoamento em regime natural correspondente aos valores médios, verifica-se que a RH não apresenta escassez em qualquer dos períodos analisados. No entanto, a mesma análise efetuada à escala das sub-bacias mostra diferenças, decorrentes sobretudo da distribuição dos recursos hídricos. As sub-bacias do Neiva e as Costeiras entre o Minho e o Lima apresentam escassez moderada a elevada, sendo mais acentuada no período de 1989-2015.

O gráfico da Figura 2.2 apresenta os valores do WEI+ mensais para a RH, nos períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015.

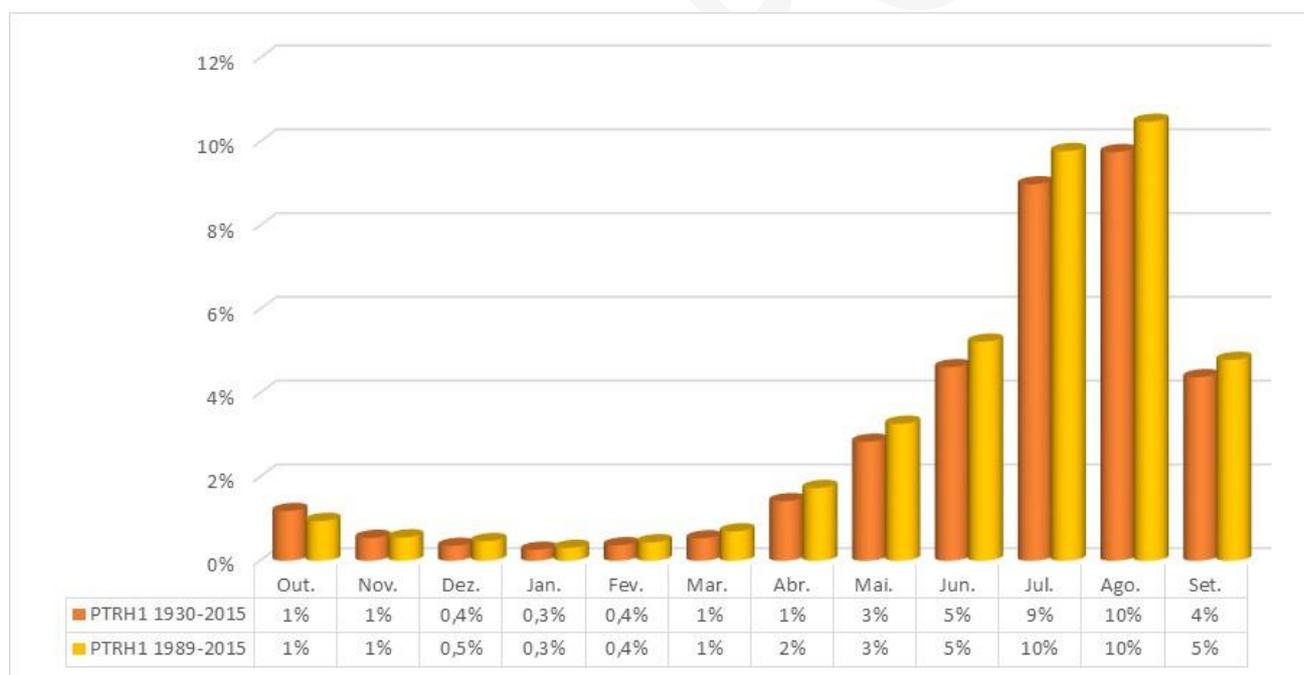


Figura 2.2 – Valores do WEI+ mensal para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, na RH

Verifica-se que os valores do WEI+ para o período 1989-2015 são superiores aos do período 1930-2015 sendo que os meses de julho e agosto são os que registam valores mais elevados de escassez.

No mapa da Figura 2.3 apresenta-se os valores de WEI+ anual por sub-bacia, para o período de referência 1989-2015.

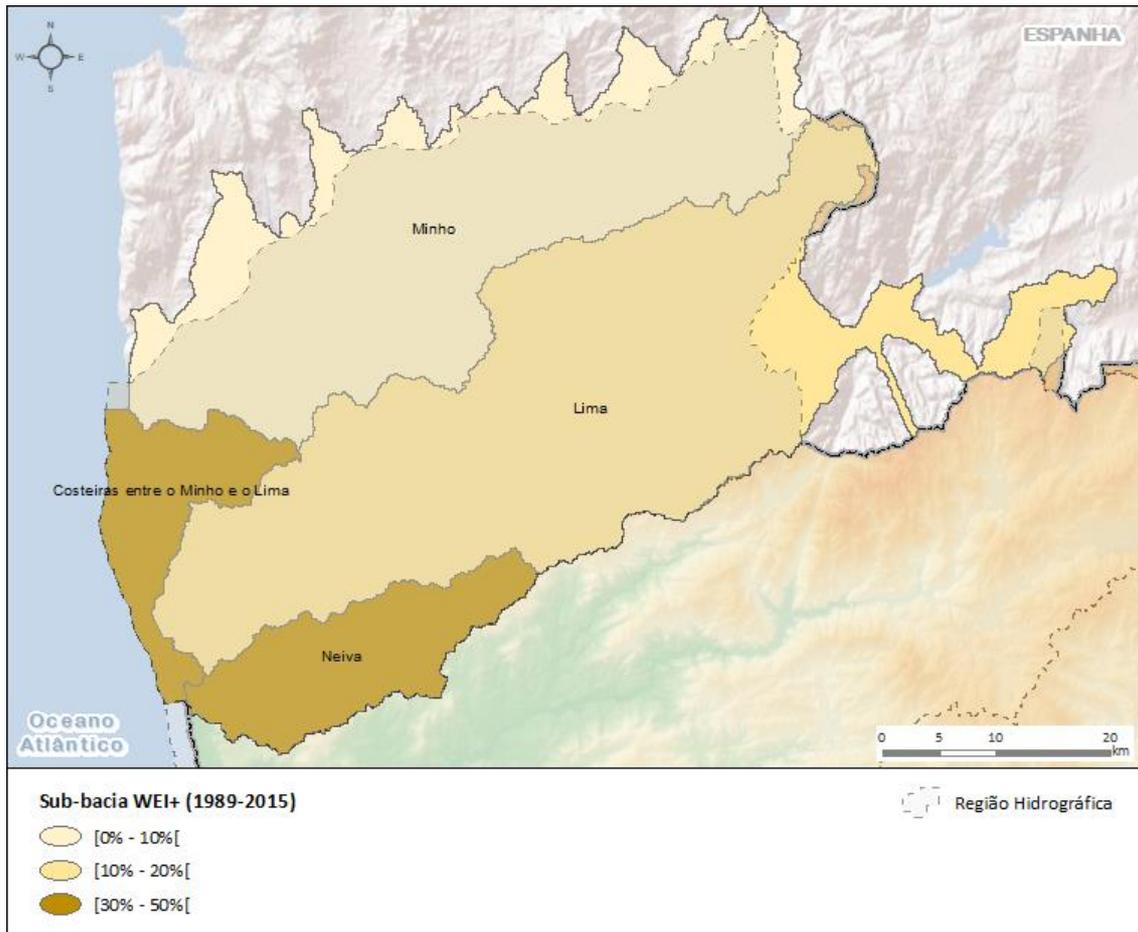


Figura 2.3 – WEI+ anual por sub-bacia para o período de referência 1989-2015, na RH

2.2. Coeficiente de escassez a aplicar na Taxa de Recursos Hídricos

A taxa de recursos hídricos (TRH), criada pela Lei da Água e concretizada pelo já referido Decreto -Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, assume-se como um instrumento económico e financeiro essencial para a racionalização do aproveitamento dos recursos hídricos e assenta num princípio de equivalência, ou seja, na ideia fundamental de que o utilizador dos recursos hídricos deve contribuir na medida do custo que imputa à comunidade ou na medida do benefício que a comunidade lhe proporciona. Na Parte 3 do PGRH relativa à “Análise Económica das Utilizações da Água” é possível encontrar uma descrição detalhada sobre a sua aplicação.

Os efeitos das alterações climáticas evidenciam a necessidade de reduzir drasticamente o uso de água, apostando em origens alternativas, intensificando a cooperação e o envolvimento dos setores, sobretudo os mais dependentes deste recurso, a fim de garantir que a resiliência seja alcançada de forma justa e equitativa. A intensificação das secas prolongadas e consequentemente da escassez de água implica que se acentue a carência de recursos hídricos disponíveis, face à comparação entre o que seriam os suficientes para atender às necessidades de uso da água numa determinada região e os recursos efetivamente disponíveis. É por isso fundamental apostar na eficiência estimulando a diminuição do consumo das águas naturais, garantindo a manutenção dos caudais ecológicos que permitam a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres deles dependentes. Nesse sentido, a alteração efetuada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, determina que, após a delimitação de sub-bacias hidrográficas, nos planos de gestão de bacia hidrográfica

(PGRH) sejam aplicados coeficientes de escassez diferenciados a cada uma delas, devendo esses coeficientes variar entre 1 e 1,5, nos termos a fixar em portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área do Ambiente.

Na sequência do estudo realizado “Avaliação das disponibilidades hídricas por massa de água e aplicação do Índice de escassez WEI+, visando complementar a avaliação do estado das massas de água”, promovido pela APA para avaliação das disponibilidades hídricas, atuais e futuras, e cálculo do respetivo índice de escassez WEI+, apresentado nos capítulos anteriores foram definidas as sub-bacias a considerar para aplicação desta disposição legal e que melhor representem as especificidades existentes sobre esta temática em cada Região Hidrográfica.

À escala de valores definidos para o índice WEI+ foram associados os respetivos coeficientes de escassez atendendo à sua variação proposta na referida norma legal, que se ilustra no Quadro 2.4

Quadro 2.4 – Valores das classes do índice de escassez WEI+ e a sua correspondência com a variação do coeficiente de escassez a aplicar na TRH

Índice escassez WEI+	Coeficiente de escassez - TRH
Classes	
WEI+ inferior a 10% - Sem Escassez	1,0
WEI+ entre 10% a 20% - Escassez Baixa	1,1
WEI+ entre 20% a 30% - Escassez Moderada	1,2
WEI+ entre 30% a 50% - Escassez Elevada	1,3
WEI+ entre 50% a 70% - Escassez Severa	1,4
WEI+ superior 70% - Escassez Extrema	1,5

Assim no Quadro 2.5 apresentam-se os valores associados ao cálculo do WEI+, associados aos períodos 1930-2015 e 1989-2015, para as sub-bacias a considerar na RH, bem como os coeficientes de escassez a associar. Salienta-se que sempre que o valor do WEI+ para o período mais recente (1989-2015) era indicador de uma classe superior de escassez (maior escassez) foi adotado este valor para associar o coeficiente de escassez atendendo à tendência de agravamento da situação nas últimas décadas.

Quadro 2.5 – Valores do coeficiente de escassez a associar às sub-bacias na RH

Sub-bacia	WEI+ (1930-2015)	WEI+ (1989-2015)	Coeficiente escassez - TRH
Minho	2%	2%	1,0
Lima	8%	11%	1,1
Neiva	44%	49%	1,3
Costeiras entre o Minho e o Lima	26%	32%	1,3

3. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

3.1. Temperatura

Segundo dados do *Copernicus Climate Change Service*, 2020 foi o ano mais quente a nível global, igualando o ano de 2016, e na Europa, registando uma anomalia de +0,6 °C em relação à normal 1981-2010 e cerca de +1,25 °C em relação ao período pré-industrial 1850-1900, no que respeita à temperatura do ar média anual.

Na Europa, verificou-se uma anomalia de +1,6 °C em relação à normal 1981-2010 e de +0,4 °C em relação a 2019. A década de 2011-2020 foi a mais quente desde que há registos, com os seis anos mais quentes a ocorrerem todos desde 2015: 2020, 2016, 2019, 2015, 2017, 2018 (IPMA, 2021).

Na Figura 3.1 são apresentadas as anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação à normal de 1981-2010, a nível global.

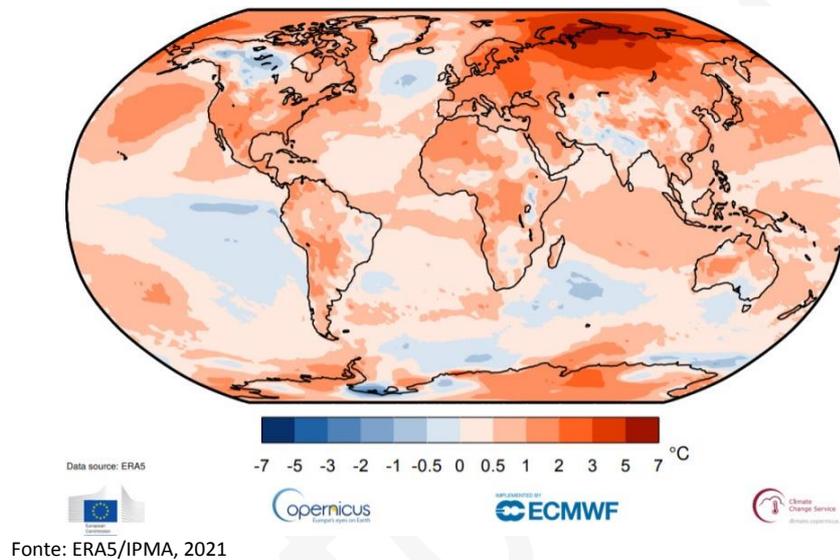


Figura 3.1 – Anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação à normal de 1981-2010

A Figura 3.2 apresenta as anomalias da temperatura média global por décadas desde a era pré-industrial, considerando diferentes conjuntos de dados.

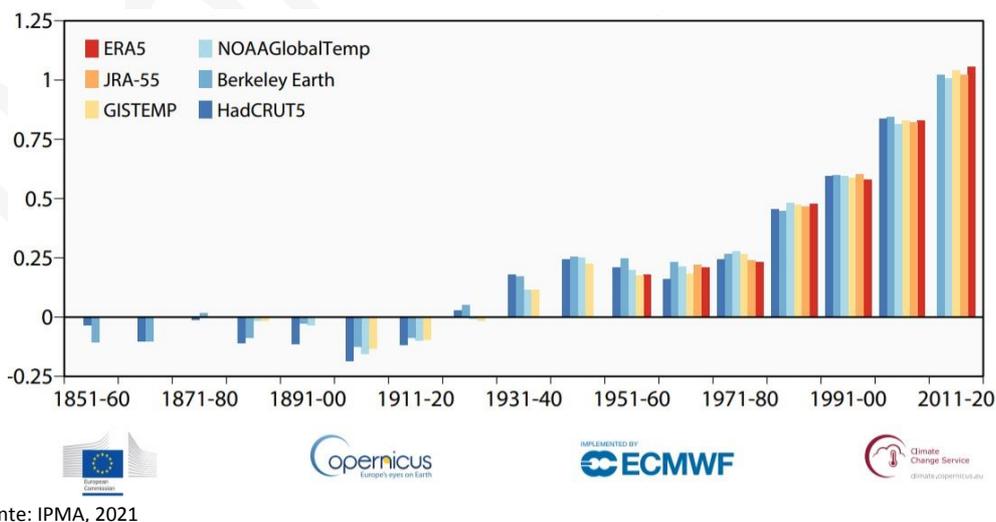


Figura 3.2 – Anomalias da temperatura media global por décadas desde a era pré-industrial, considerando diferentes conjuntos de dados

A Figura 3.3 ilustra as anomalias que se verificam nas temperaturas do ar observadas no verão ao nível da Europa, indicando que o verão de 2021 foi o mais quente de sempre na Europa.

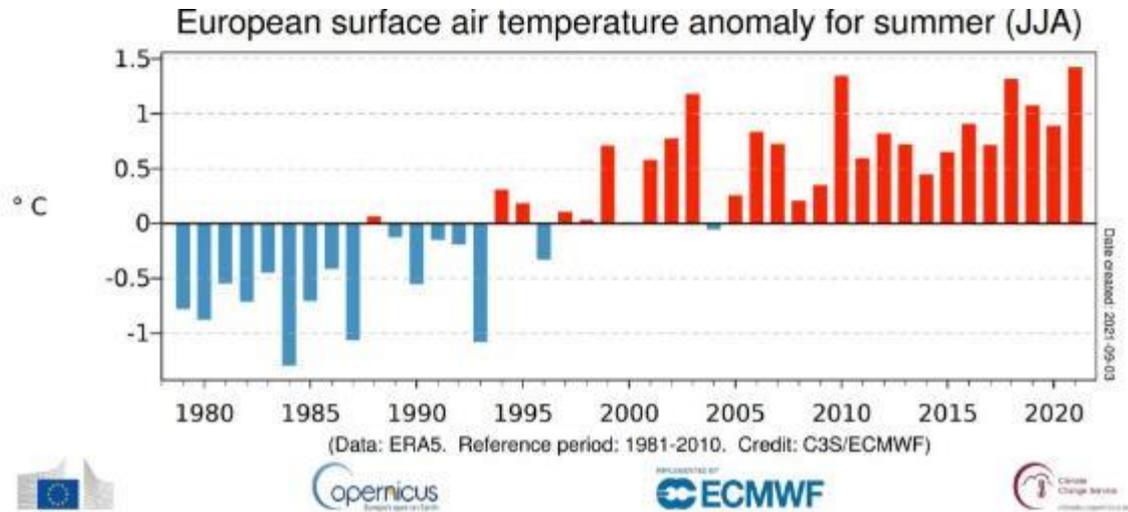
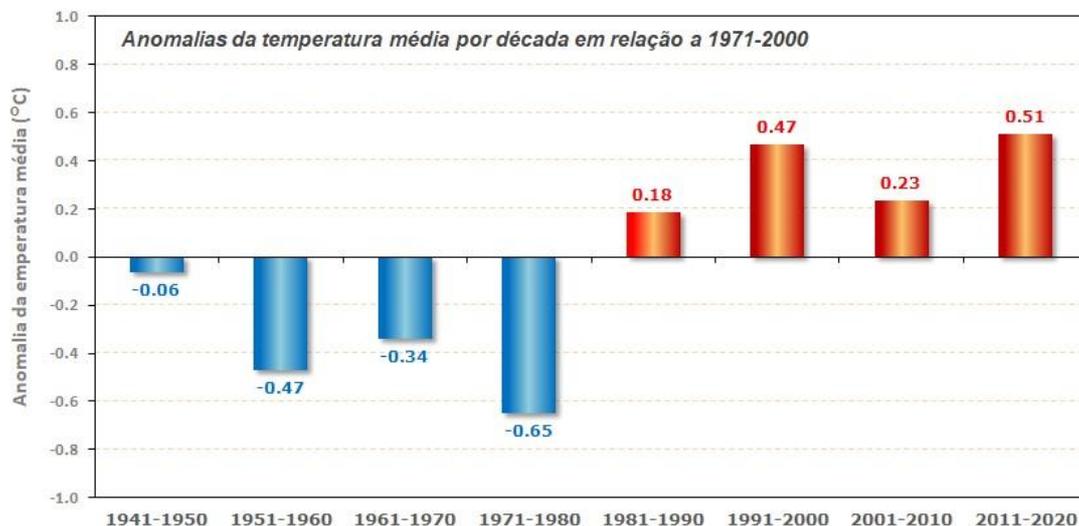


Figura 3.3 – Anomalias observadas na temperatura do ar no período de verão na Europa

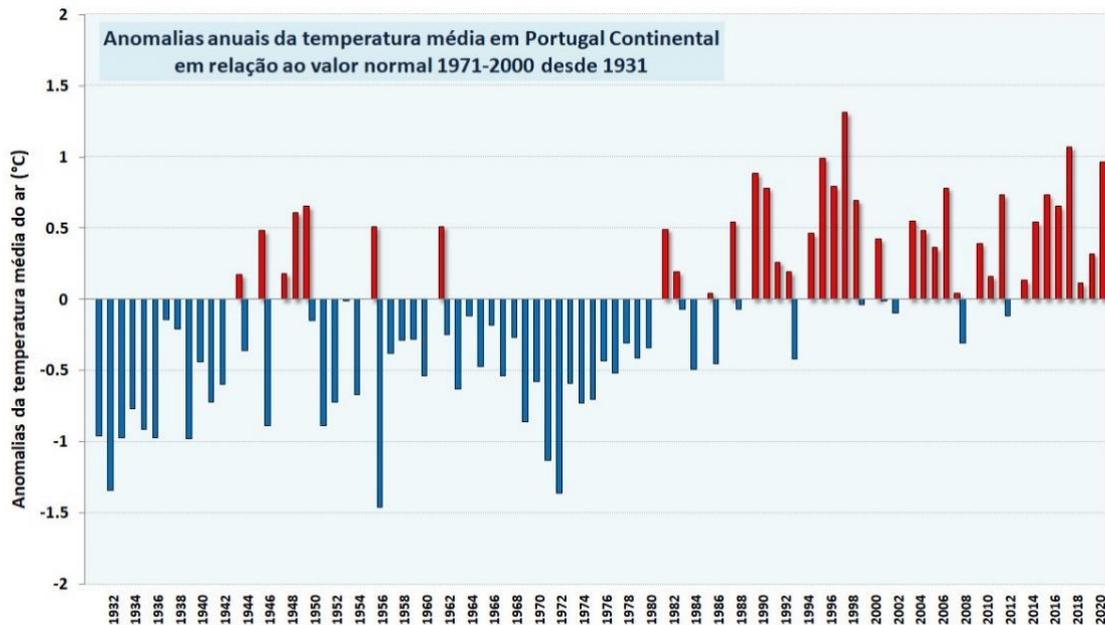
Em Portugal continental, a década de 2011-2020 foi a mais quente desde o ano de 1931, ultrapassando o anterior valor mais elevado que se verificou na década de 1991-2000. Na Figura 3.4 são apresentadas as anomalias da temperatura média do ar por décadas, em relação ao valor normal 1971-2000.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.4 – Anomalias da média da temperatura do ar média por décadas, em Portugal continental, em relação aos valores médios no período 1971-2000

Na Figura 3.5 apresentam-se as anomalias anuais da temperatura média em Portugal continental desde 1931, relativamente ao valor normal 1971-2000.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.5 – Anomalias anuais da temperatura média em Portugal continental em relação ao valor normal 1971-2000, desde 1931

Os 30 anos mais quentes registados em Portugal continental no período compreendido entre 1931 e 2020 são apresentados na Figura 3.6. Observa-se que destes 30 anos, 21 ocorreram depois de 1990 e 13 desde 2000. O ano mais quente foi o de 1997, seguido pelo ano de 2017.

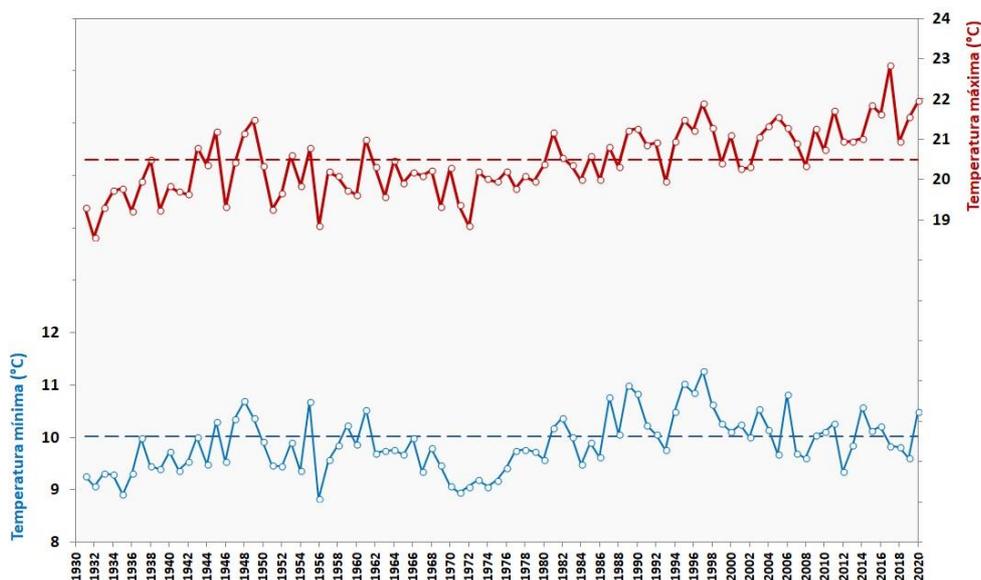
Relativamente ao valor médio anual da média da temperatura máxima do ar, 21,95 °C, o ano de 2020 foi o segundo mais alto desde 1931 (Figura 3.7), com uma anomalia de +1,45 °C (o mais elevado foi o ano de 2017, com um valor médio anual da média da temperatura máxima do ar de 22,82 °C e uma anomalia de +2,32 °C).



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.6 – Ranking dos 30 maiores valores da temperatura média do ar entre 1931 e 2020

Na Figura 3.7 apresenta-se a variabilidade da temperatura do ar máxima e mínima anual, em Portugal continental, desde 1931 (as linhas a tracejado representam a média no período 1971-2000).



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.7 – Variabilidade da temperatura do ar máxima e mínima anual, em Portugal continental no período 1931-2020

Em 2020, o valor médio anual da média da temperatura mínima do ar, 10,49 °C, também registou um valor superior à normal, +0,47 °C, sendo o quarto valor mais elevado dos últimos 20 anos (mais altos desde 2000: 2006, 2014 e 2003).

O Quadro 3.1 mostra os 10 anos com os maiores valores da temperatura máxima desde 1931 e respetiva anomalia. Note-se que dos 10 anos com os maiores valores da temperatura máxima, sete ocorreram já no decorrer do século XXI.

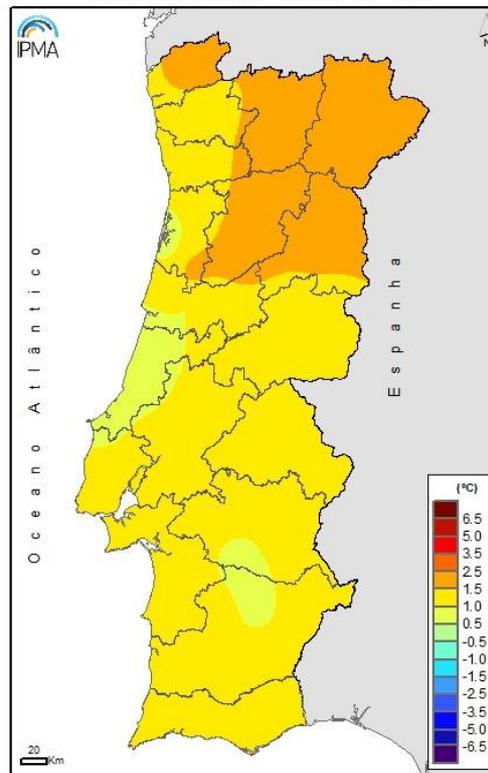
Quadro 3.1 – Dez anos com a temperatura máxima mais alta em Portugal continental (1931-2020)

Classificação	Ano	Anomalia (°C)
1	2017	2,32
2	2020	1,45
3	1997	1,38
4	2015	1,35
5	2011	1,21
6	2016	1,12
7	2005	1,05
8	2019	1,04
9	1949	0,97
10	1995	0,97

Fonte: IPMA, 2021

No ano de 2020 ocorreram 7 ondas de calor em Portugal continental podendo-se observar Figura 3.8 a distribuição espacial das anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação ao valor normal 1971-2000.

Média da Temperatura Média do Ar - 2020
Diferença em relação ao período 1971-2000
Anomalies of Mean Air Temperature - 2020

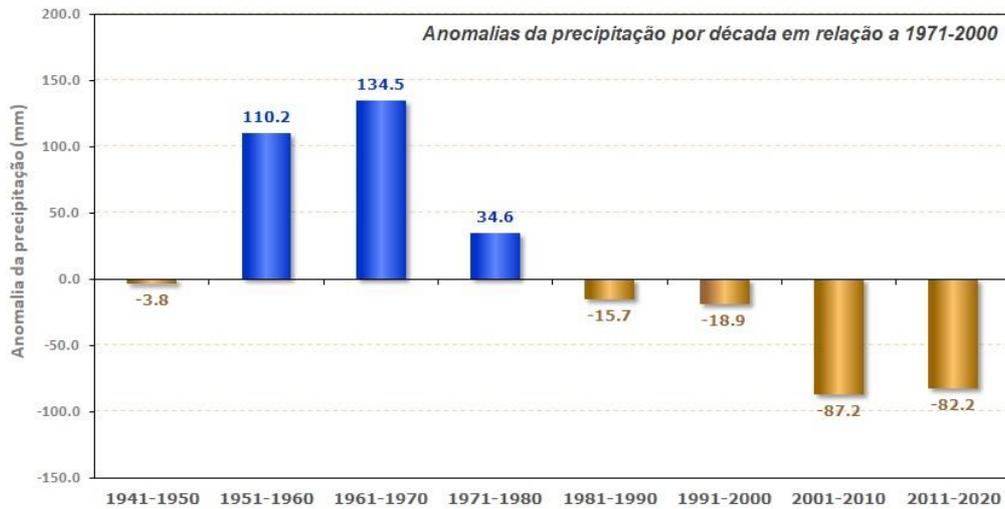


Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.8 – Distribuição espacial das anomalias da temperatura média do ar em 2020, em relação ao valor normal 1971-2000

3.2. Precipitação

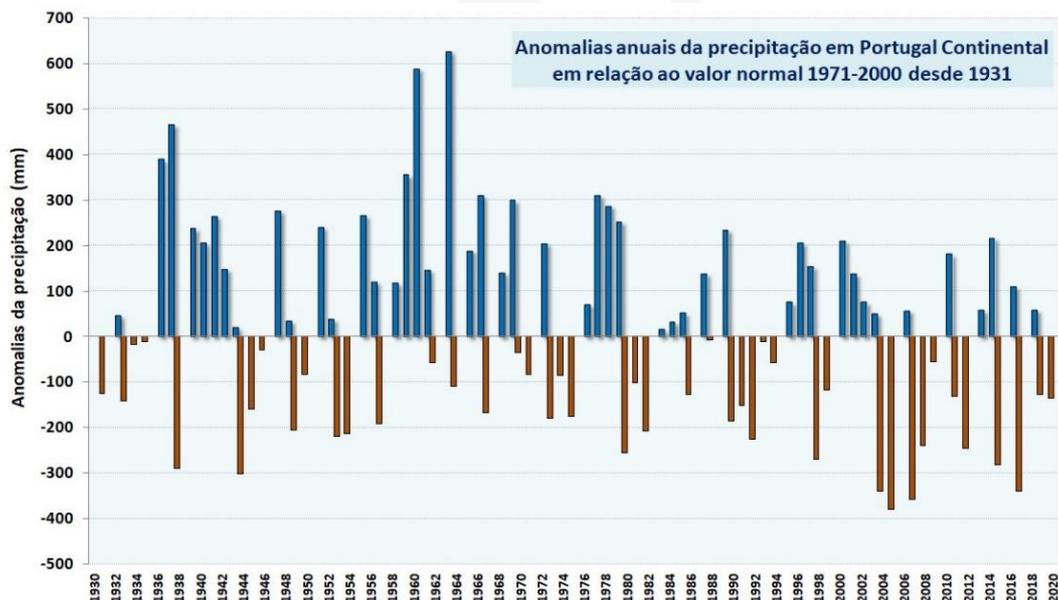
Relativamente à precipitação, as anomalias por décadas, em relação ao valor normal 1971-2000, em Portugal continental, são as apresentadas na Figura 3.9. A década 2011-2020 foi a segunda mais seca desde 1931, com uma diferença de apenas 5 mm em relação à década mais seca, que foi a de 2001-2010.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.9 – Anomalias da precipitação por décadas, em Portugal continental, em relação aos valores médios no período 1971-2000

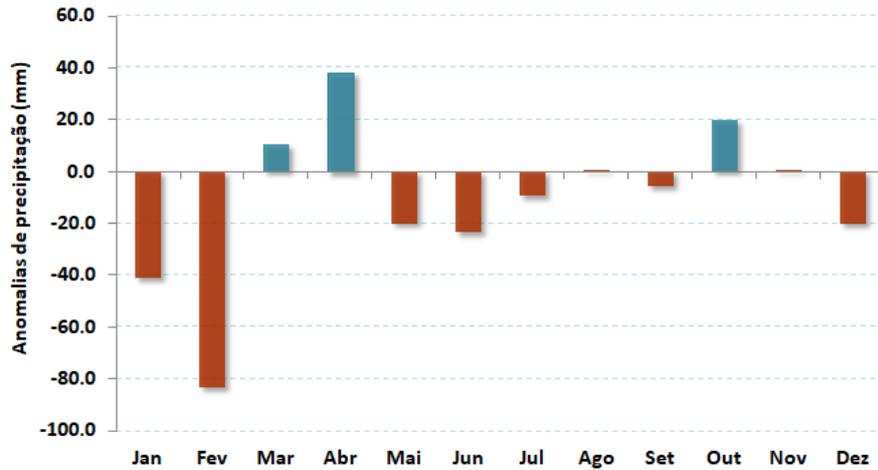
No ano de 2020 o valor médio de precipitação total anual, 746,8 mm, corresponde a cerca de 85% do valor normal. Valores de precipitação inferiores aos registados em 2020 ocorreram em cerca de 30% dos anos desde 1931. Na Figura 3.10 apresentam-se as anomalias anuais da precipitação em Portugal continental desde 1931, relativamente ao valor normal 1971-2000.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.10 – Anomalias da quantidade de precipitação anual em Portugal continental, em relação ao valor médio no período 1971-2000

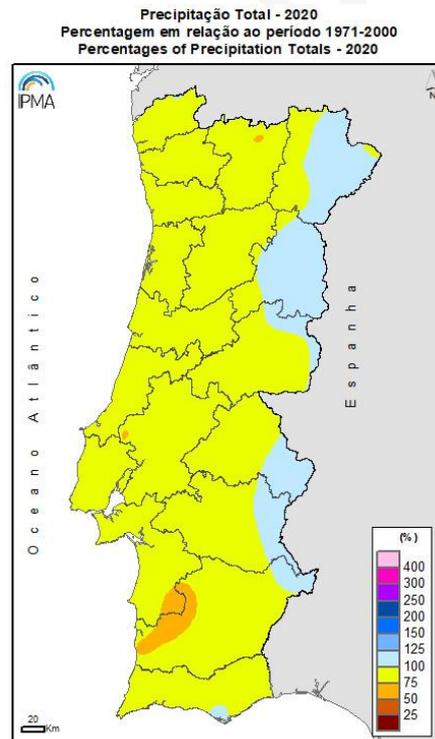
Ao longo de 2020 (Figura 3.11), apenas os meses de abril, maio e outubro registaram valores de precipitação superiores ao normal. Destacam-se as anomalias negativas dos meses de janeiro e fevereiro que contribuíram para o inverno de 2019/2020 ter sido mais seco que o normal.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.11 – Desvios (em relação ao valor médio 1971-2000) do total de precipitação anual em 2020

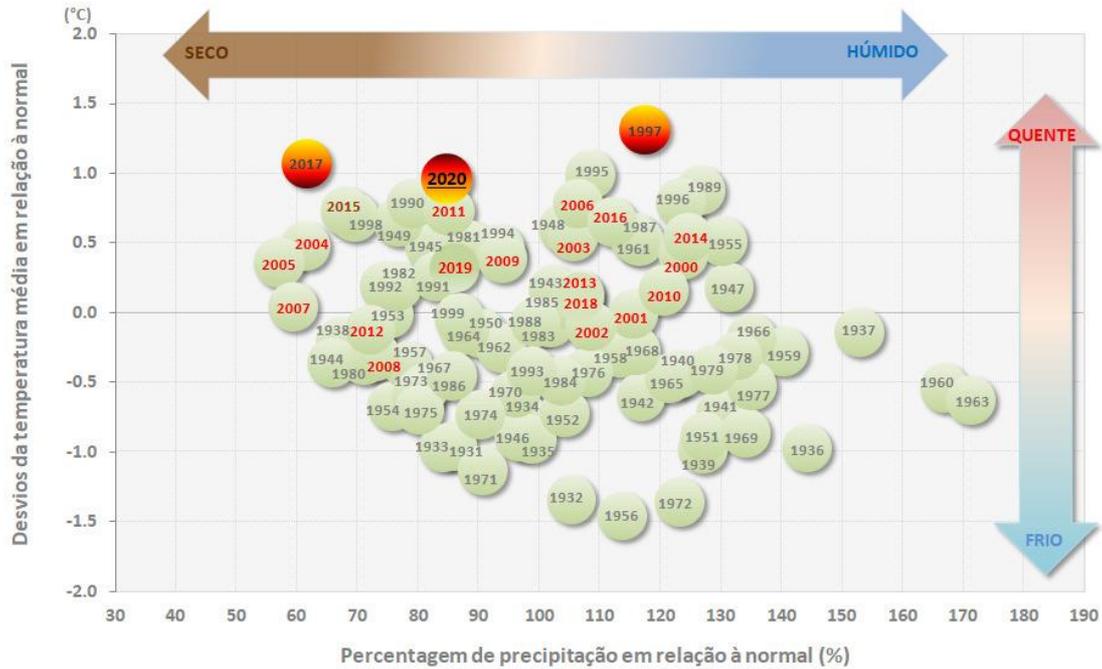
Em relação à distribuição espacial (Figura 3.12), os valores foram inferiores ao normal em quase todo o território, exceto nalgumas regiões do interior do território.



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.12 – Distribuição espacial da percentagem da precipitação em 2020, em relação ao valor normal 1971-2000

O ano de 2020, em Portugal Continental, classificou-se como muito quente e seco (Figura 3.13).



Fonte: IPMA, 2021

Figura 3.13 – Temperatura média do ar e precipitação em Portugal continental entre 1931 e 2020

No que se refere à RH os desvios da precipitação mensal para o ano hidrológico de 2020/21 face à precipitação média anual relativo ao período de 1940/41 a 1997/98, é a que se apresenta na Figura 3.14. Salienta-se o mês de março com uma anomalia significativa face ao histórico da RH.

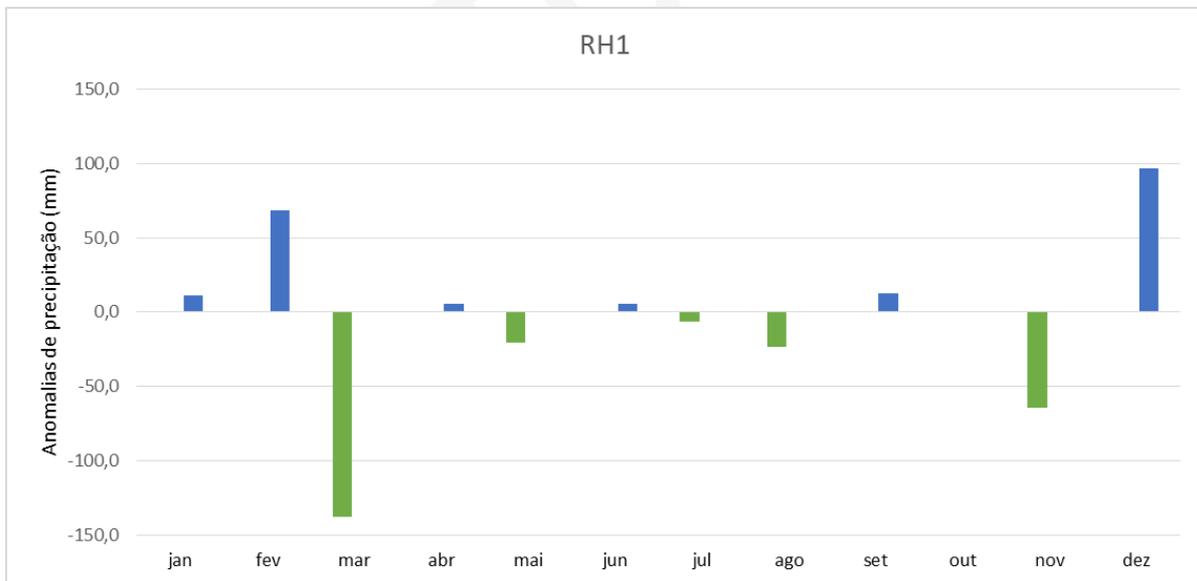


Figura 3.14 – Desvio da precipitação mensal no ano hidrológico 2020/21 para a RH

4. RISCOS



Um risco materializa um processo ou ação, natural ou tecnológico, com relevância socioeconómica e expressão territorial para o qual é preciso avaliar a sua probabilidade de ocorrência e estimar o seu impacto.

Podendo os riscos ter origem em fenómenos meteorológicos e hidrológicos externos, ou em acidentes, infraestruturas e atividades, em função da sua origem podem ser divididos em riscos naturais e tecnológicos.

Ao nível da gestão dos recursos hídricos a variabilidade aleatória, temporal e espacial tornam particularmente importante a avaliação e prevenção de riscos que lhe estão associados.

A garantia da disponibilidade de água, em quantidade e qualidade, a proteção de pessoas e bens contra ameaças de origem natural ou provocadas pela atividade antropogénica, o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e de outros ecossistemas deles dependentes têm de estar sempre presentes numa estratégia de gestão destes recursos. Como principais riscos naturais e tecnológicos que podem afetar o estado das massas de água existem:

- Naturais
 - Secas;
 - Inundações, incluindo galgamentos costeiros;
 - Erosão costeira - Recuo e instabilidade de arribas;
 - Incêndios florestais;
 - Tsunamis;
- Tecnológicos
 - Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas;
 - Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos;
 - Colapso de pontes e aquedutos;
 - Rutura de barragens;
 - Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas.

A ocorrência de incêndios rurais relacionada com fenómenos atmosféricos foi classificada na Avaliação Nacional de Riscos (2019, ANEPC) como um risco misto.

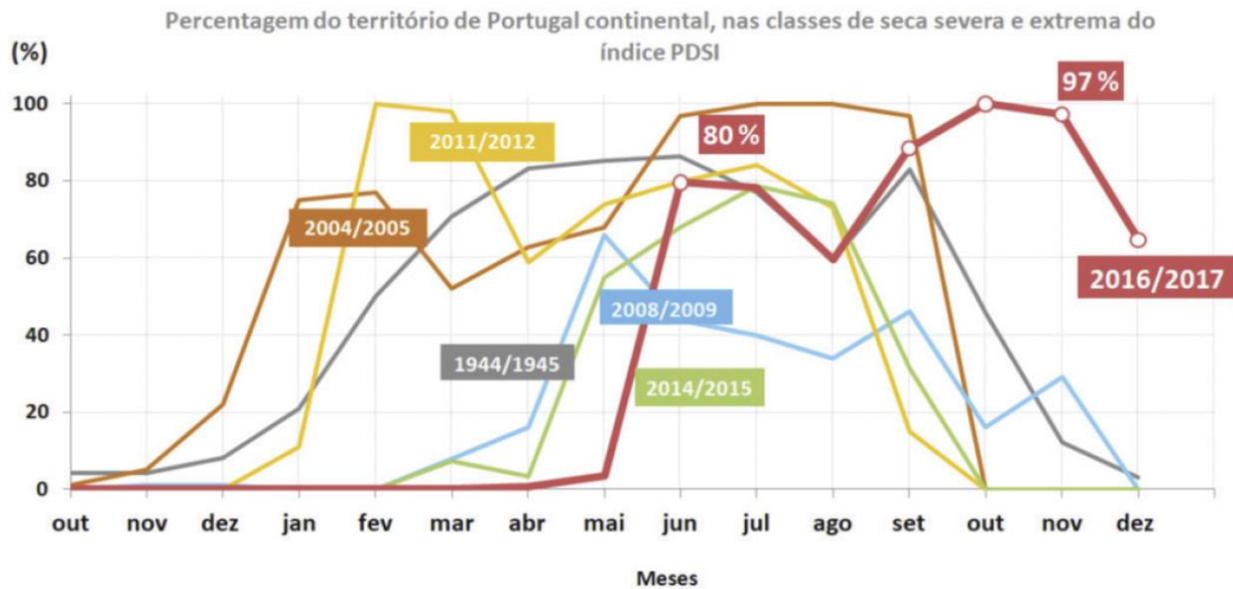
Nos capítulos seguintes faz-se uma breve caracterização dos principais riscos que podem afetar os recursos hídricos na RH.

4.1. Riscos Naturais

4.1.1. Secas

As secas e a escassez de água são problemas crescentes na Europa, como consequência dos efeitos das alterações climáticas, que têm implicado tanto o aumento da temperatura média global como o aumento da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos, tais como inundações e secas.

Note-se que esta tendência têm-se registado nos últimos anos, sendo que já neste século ocorreram cinco períodos de seca (2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17), alguns dos quais comparáveis com o mais grave que ocorreu no século XX, a seca de 1944/45 (Figura 4.1).



Fonte: IPMA, in Relatório do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, dezembro de 2017

Figura 4.1 – Evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para várias situações de seca (histórica: 1944/45; após 2000: 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17)

Durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 foi colocada no topo da agenda política europeia a problemática da escassez de água e das secas no contexto da adaptação às alterações climáticas e da necessidade de se acordar medidas concretas para fazer face a essa situação e mobilizar financiamento para tornar essas mesmas medidas possíveis. Da reunião informal dos ministros do ambiente da Europa realizada a 23 de abril de 2021 importa salientar algumas das conclusões:

- Tornou-se evidente que a escassez e, mesmo, as secas decorrentes dos efeitos das alterações climáticas deixaram de ser apenas um problema dos países do sul, e que é preciso reduzir significativamente o uso de água. Para isso, é urgente melhorar a eficiência e aumentar a reutilização da água;
- Ficou clara a necessidade de garantir, por parte de todos os setores, o uso sustentável da água e a resiliência aos efeitos das alterações do clima, melhorando a articulação e convergência dos planos e estratégias setoriais com os planos de gestão de região hidrográfica, promovendo um licenciamento mais eficaz, considerando as disponibilidades existentes e futuras e a necessidade de se atingirem os objetivos da DQA;
- O desenvolvimento harmonizado para uma implementação comum de planos de gestão da seca e escassez por região hidrográfica, que vão ser desenvolvidos em 2022, assume particular relevo para dotar este fenómeno extremo de mecanismos e instrumentos de gestão comum mais eficazes e com maior pro-atividade na minimização dos seus efeitos.

Com efeito, a água tem um papel ímpar nos impactes da mudança do clima. É um elemento estruturante em diversos domínios, tais como a agricultura, as florestas, a biodiversidade, a indústria, a energia, as pescas, as cidades, a saúde e o turismo, pelo que a mudança tem de envolver todos.

Nesse sentido, a 17 de junho de 2021, foi lançado o Relatório Especial sobre as Secas do Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), que explora a natureza sistémica das secas e os seus

impactes na realização do Quadro de Sendai para redução do risco de desastres, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na saúde e bem-estar humano e dos ecossistemas.

As mudanças nos padrões de precipitação, conjugadas com o aumento das temperaturas médias, já estão a agravar significativamente as pressões existentes sobre a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos, situação que será previsivelmente exacerbada num futuro não muito longínquo.

O desenvolvimento económico, a saúde humana e os ecossistemas estão inseparavelmente ligados à disponibilidade e à qualidade da água. O Pacto Ecológico Europeu e as suas iniciativas vieram estabelecer o quadro e dar o ímpeto necessário para a UE avançar com uma agenda ambiciosa sobre a gestão da quantidade de água, com base nas conclusões das avaliações recentes da água e na aplicação da nova legislação neste domínio.

Na sequência da adoção da nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, e por solicitação do Parlamento Europeu, foi lançado pela Comissão Europeia o projeto Observatório Europeu da Seca para a Resiliência e Adaptação (EDORA, no acrónimo em inglês), com o objetivo principal de melhorar a resiliência e a adaptação às secas em toda a UE.

A posição geográfica de Portugal continental é propícia à ocorrência de situações de seca. Efetivamente tem-se assistido a um incremento da frequência e da intensidade das situações de seca, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

Dos 30 anos mais quentes em Portugal continental no período de 1931 a 2020, verifica-se que 21 ocorreram depois de 1990 e 13 desde de 2000. O ano de 1997 foi o mais quente seguido pelo ano de 2017. O aumento da temperatura e a diminuição do número de anos húmidos nas últimas duas décadas têm provocado:

- Menor reposição dos volumes de água armazenados quer nas albufeiras quer nas águas subterrâneas;
- Dificuldades em atingir o Bom estado das massas de água;
- Aumento da temperatura e intensificação das atividades têm implicado um aumento dos consumos.

4.1.1.1. Metodologia e critérios

A seca e, conseqüentemente, a escassez são uma preocupação crescente na Europa, com particular relevância nas regiões desertificadas do interior sudeste de Portugal e Espanha, onde a sua duração, frequência e severidade são cada vez maiores e os seus efeitos se mantêm muito para além do seu término. Um dos impactos mais gravosos das alterações climáticas é precisamente o que respeita ao aumento da frequência e severidade de períodos de seca e escassez de água. Aliás, de acordo com Copernicus Climate Change Service, o ano de 2019 na Europa foi o mais quente alguma vez registado, com uma anomalia de temperatura média do ar de 1.24 °C.

A experiência acumulada durante os períodos de secas ocorridos em 2012 e em 2017, assim como em situações anteriores, com particular destaque para a seca de 2004-2005, permitiram concluir que é essencial dotar o país de instrumentos e disposições que regulem a preparação para futuras ocorrências de um fenómeno que se está a verificar com maior frequência em Portugal, em resultado das mudanças climáticas. Efetivamente, as alterações climáticas terão provavelmente impactos significativos na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos, na qualidade da água e na ocorrência, mais frequente, de secas significativas.

O Decreto-Lei n.º 21/98, de 3 de fevereiro, cria a Comissão de Gestão de Albufeiras, coordenada pela APA, tendo como atribuição a coordenação do planeamento e da exploração de albufeiras. Em situações de emergência provocadas por iminência ou ocorrência de cheias ou rotura de barragens, a Comissão constitui-se em Comité Permanente para tomar as medidas adequadas ao acompanhamento da sua evolução. Esta Comissão e as suas sub-comissões regionais têm sido determinantes na definição e implementação das

medidas de contingência e de preparação para as situações de seca que se têm verificado desde então, analisando não só o armazenamento de água nas albufeiras, mas também nas águas subterrâneas.

A RCM n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, constituída pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural que coordenam conjuntamente, das Finanças, da Administração Interna, da Administração Local, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde, da Economia e do Mar, e pelo grupo de Trabalho que integra os diferentes organismos do Estado, coordenado pela APA e pelo GPP.

No dia 19 de julho de 2017 realizou-se a primeira reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, tendo sido aprovado o Plano de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca. Posteriormente houve mais 5 reuniões, (30 de outubro de 2017, 7 de fevereiro de 2018, 20 de março de 2019, 8 de maio de 2019 e 20 de novembro de 2019). Desde junho de 2017 que são realizados relatórios mensais que podem ser consultados através do seguinte link <https://www.apambiente.pt/agua/grupo-de-trabalho>.

Sendo a seca um fenómeno natural com início e fim mal definidos, de progressão lenta, com duração temporal de meses e anos, podendo atingir grandes regiões, a sua caracterização, tal como noutros fenómenos naturais, pode ser feita pela sua severidade, duração e localização. Assim importa monitorizar diferentes variáveis hidrometeorológicas, recorrer a diferentes índices e indicadores de seca que permitam antecipar a sua ocorrência.

A utilização do SPI como indicador de impactos em vários setores da água constitui um indicador de alerta precoce de secas. A ausência ou diminuição da precipitação tem impacto nos processos do ciclo hidrológico – escoamento, infiltração, evapotranspiração e restantes. É no entanto importante escolher a escala temporal adequada do SPI e o momento do ano hidrológico em que essa análise é realizada. Assim, e segundo a documento “WMO n.º 1090 – Standardized Precipitation Index – User Guide” é possível considerar:

- SPI-3 meses, que reflete as condições de humidade no solo a curto e médio prazo;
- SPI-6 meses, que indica tendências da precipitação entre estações de médio prazo;
- O SPI-9 meses com valores inferiores a -1,5 é considerado um bom indicador de que a seca está a ter um impacto significativo na agricultura e pode estar a afetar também outros sectores. Esta é, ainda, a escala de tempo em que o SPI permite verificar a presença ou não de uma seca prolongada;
- O SPI-12 meses e escalas temporais superiores, que reflete o impacto nas reservas hídricas quer superficiais quer subterrâneas.

A escala de valores utilizada inclui as classes indicadas no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Escala de valores de precipitação associados à classificação do SPI (European Drought Observatory)

Classificação do SPI (Precipitação)	
>2	chuva extrema
1.50 to 1.99	chuva severa
1.0 to 1.49	chuva moderada
-.99 to .99	normal
-1.0 to -1.49	seca moderada
-1.5 to -1.99	seca severa
<-2	seca extrema

As secas normalmente desenvolvem-se ao longo de uma estação do ano ou por mais tempo. Os valores que o SPI-9 meses assume, permitem uma avaliação do impacto da seca em sectores como a agricultura. Valores de SPI-9 inferiores a 1,5 demonstram já impactos significativos neste sector, em particular se estes valores forem observados no mês de março, fim do semestre húmido.

É também aplicado um índice às séries de volume armazenado, o índice DSIR (Drought State Index for Reservoirs) [3], dado ser um bom indicador do estado de armazenamento nas albufeiras, e assim permitir avaliar a situação de seca na região, podendo assumir valores da escala indicada no Quadro 4.2.

Quadro 4.2 – Escala de valores associado índice Drought State Index for Reservoirs (DSIR)

Classificação do DSIR	
≥ 0.5	Normalidade
$0.5 > DSIR \geq 0.3$	Pré-alerta
$0.3 > DSIR \geq 0.1$	Alerta
< 0.1	Emergência

4.1.1.2. Secas na década de 2010 a 2021

A monitorização da seca meteorológica realizada pelo IPMA, cuja análise está disponível nos Boletins Climatológicos, permite verificar que na última década ocorreram vários episódios de seca meteorológica, de duração média e curta, de intensidade variável, com abrangência nacional ou de maior incidência nas bacias hidrográficas a sul do rio Tejo. A precipitação anual observada, quando acima da média de referência, apresenta valores que não atingem os percentis mais elevados da séries históricas. Importa ainda referir que uma das secas mais gravosas quer em extensão territorial (100%) quer em intensidade, ocorreu há relativamente pouco tempo, de 2004 a 2006. Estas alterações no regime de precipitação têm conduzido a secas hidrológicas, com elevados impactos ambientais e económicos.

No gráfico da Figura 4.2 apresenta-se a percentagem do território de Portugal Continental em situação da seca para as principais secas ocorridas até 2017, conjuntamente com os anos secos registados até 2021. Verifica-se nos últimos cinco anos uma persistência de uma percentagem significativa do território em situação de seca meteorológica.

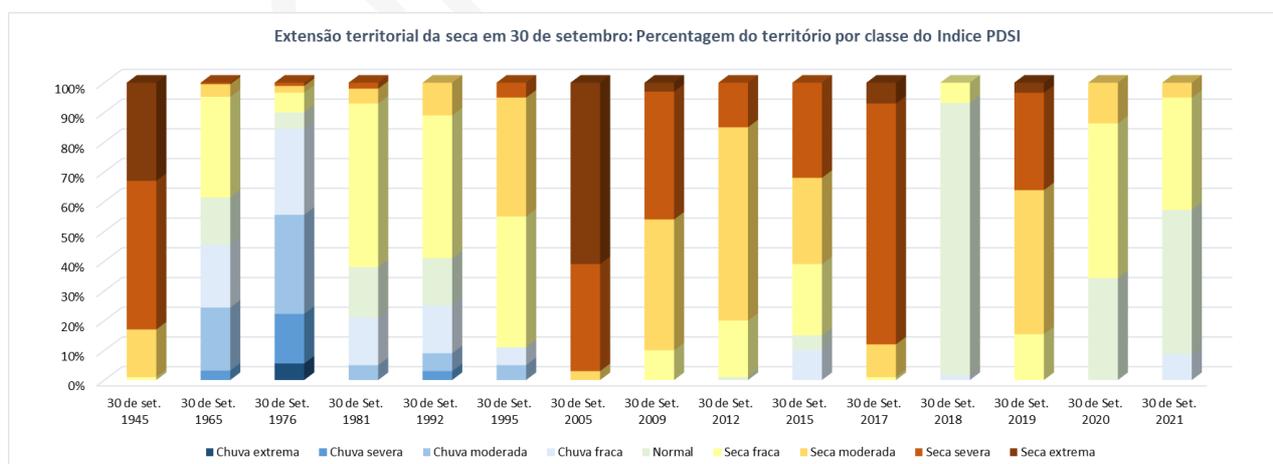


Figura 4.2 – Principais secas em Portugal Continental e sua extensão territorial, anos secos no período de 2011 a 2021 (Adaptado do Boletim de Seca de setembro de 2017 do IPMA)

A análise do índice SPI-12 para o histórico da série de precipitações observadas na RH1 permite verificar uma ausência, nos últimos 20 anos, de anos húmidos ou muito húmidos e uma maior ocorrência de períodos que atingem níveis de seca, como o ocorrido no ano hidrológico de 2016/17 (Figura 4.3). Na última década o padrão de precipitação, ao longo do ano hidrológico, apresenta uma tendência para a ocorrência de precipitação elevada, mas concentrada num único mês, como aconteceu em março de 2018 e em dezembro de 2019, contudo o total anual não atinge os valores de precipitação normais para anos húmidos.

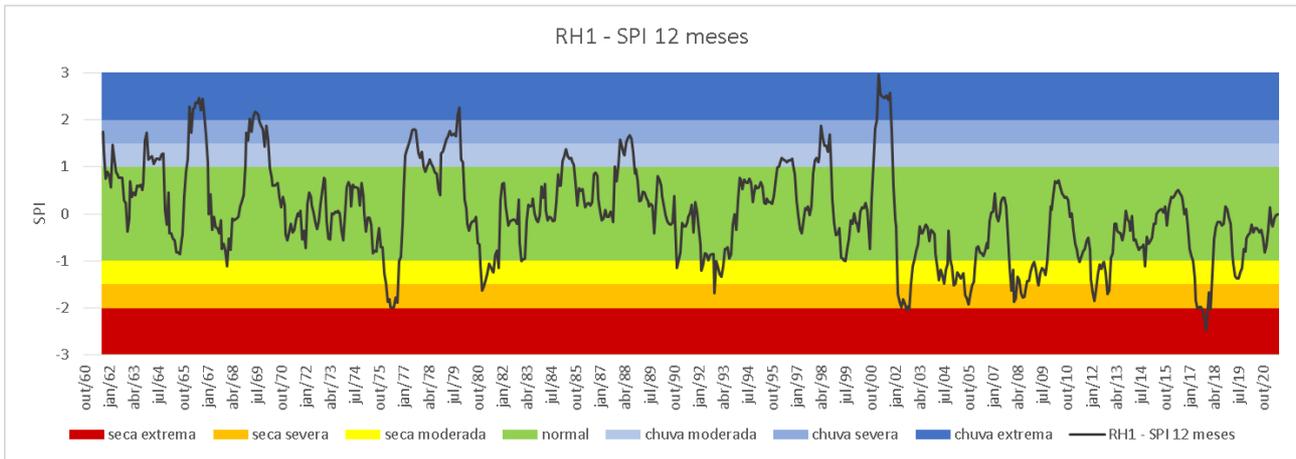


Figura 4.3 – Índice SPI-12 para a Região Hidrográfica Minho e Lima

Os resultados obtidos evidenciam algumas tendências que aqui se destacam:

- Ausência de anos húmidos após 2001 e aumento de anos hidrológicos consecutivos com precipitação muito abaixo da média;
- Após 2000/01 é possível observar a ocorrência de um ano hidrológico classificado com seca extrema e que a frequência de anos hidrológicos abaixo da média aumentou relativamente ao período entre 1959/60 e 1999/2000;
- No ano hidrológico 2020/2021 a precipitação ocorrida permitiu sair do estado de seca moderada para normal.

Relativamente à série de valores do índice DSIR do sistema Alto Lindoso - Touvedo (Figura 4.4), verifica-se que este reflete a gestão que é operada na barragem do Alto Lindoso, sendo por isso necessário interpretar a descida dos níveis de alerta à luz desta gestão. No início do ano hidrológico este aproveitamento é mantido entre 20% a 30% da sua capacidade, para permitir o encaixe de caudais de cheia. A observação do DSIR permite verificar que, nos últimos 5 anos hidrológicos, face há ocorrência de precipitações muito elevadas, concentradas num período muito curto (março de 2016, fevereiro de 2017, março de 2018, dezembro de 2019) há um incremento repentino das aflúncias que conduz a uma subida significativa do volume armazenado em pouco tempo.

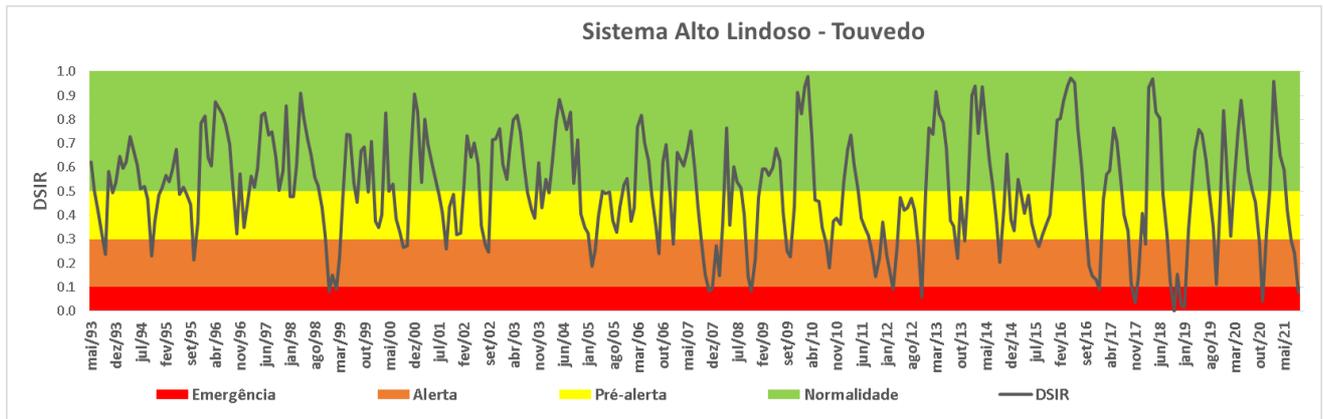


Figura 4.4 – Aplicação do índice Drought State Index for Reservoirs na RH1, sistema Alto Lindoso - Touvedo

A existência da Comissão Interministerial e respetivo Grupo de Trabalho de assessoria técnica, enquanto fórum de debate e de integração de todos os aspetos relevantes para a gestão de situações de seca, e as ações que desde julho de 2017 foram tomadas, permitiram um melhor acompanhamento da situação, uma maior resiliência e gestão das disponibilidades existentes, minimizando, de forma mais efetiva e progressiva, a diminuição significativa das disponibilidades hídricas devido às condições meteorológicas. Do que foi realizado importa salientar:

- Aprovação do Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca;
- Elaboração de relatórios de monitorização mensais, podendo a frequência ser aumentada em caso de contingência, com incremento da monitorização;
- Acompanhamento regular permitiu, nas situações de seca, a adoção mais célere e atempada de ações que permitiram a mitigação dos seus efeitos nas atividades económicas e garantir sempre o abastecimento público, em quantidade e qualidade;
- Reforço da monitorização e da sua disponibilização;
- Promoção de uma melhor articulação entre os diferentes utilizadores, nomeadamente nos sistemas menos resilientes;
- Realização de campanhas de sensibilização para poupança nos consumos urbanos;
- Implementação de medidas nas áreas ardidas para garantir a proteção dos recursos hídricos 867 protocolos investimento de 16,42 M€ (Fundo Ambiental);
- Restrições no licenciamento para uma melhor proteção das águas subterrâneas e reforço da fiscalização;
- No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) apoiaram-se em 2017 «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola», para mitigar os efeitos da seca severa e extrema enquanto fenómeno climático adverso, através do apoio a investimentos específicos nas explorações agrícolas em que a escassez de água comprometia o manejo do efetivo pecuário, em particular o seu abeberamento, permitindo dotar um grande número de explorações, naturalmente as que se situam em locais mais críticos, de meios para fazer frente a uma situação de seca;
- Articulação com os municípios e entidades gestoras para diminuir os consumos urbanos;
- Remoção e limpeza de sedimentos acumulados em 8 albufeiras (2,36 M€ do Fundo Ambiental);

- De acordo com o preconizado no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para situações de seca, embora por vezes não no seu pleno, estão atualmente a ser aplicados planos de contingência específicos nos aproveitamentos hidroagrícolas pelas associações de regantes;
- Identificar e investir na eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição;

Projeto PGRH

4.1.2. Inundações

As inundações são fenómenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana, que consistem na submersão de uma área usualmente emersa (Ramos, 2011).

Na sequência das cheias ocorridas na Europa Central, entre 1998 e 2005, cuja magnitude afetou gravemente as atividades económicas europeias, a União Europeia decidiu iniciar um processo de avaliação dos prejuízos e análise do fenómeno e dos procedimentos de mitigação e adaptação, visando a definição de uma estratégia para diminuir as vulnerabilidades da Europa, face à ocorrência de cheias, e, conseqüentemente permitir reduzir as conseqüências prejudiciais.

Neste contexto, a Comissão Europeia iniciou o desenvolvimento de uma estratégia comunitária que culminou com a publicação da Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações (DAGRI) com a sua transposição para o direito nacional através do Decreto-Lei nº 115/2010, de 22 de outubro. Esta norma legal estabelece um quadro nacional para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as conseqüências prejudiciais associadas a este fenómeno para a saúde humana (incluindo perdas humanas), o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas.

O âmbito de aplicação da Diretiva n.º 2007/60/CE define como inundação *“cobertura temporária por água de uma terra normalmente não coberta por água. Inclui as cheias ocasionadas pelos rios, pelas torrentes de montanha e pelos cursos de água efémeros mediterrânicos, e as inundações ocasionadas pelo mar nas zonas costeiras, e pode excluir as inundações com origem em redes de esgotos.”* Neste sentido, as inundações a considerar são aquelas que pelos seus efeitos negativos podem provocar a perda de vidas, a deslocação de populações, danos no ambiente e no património cultural, ser prejudiciais para a saúde humana, comprometer o desenvolvimento económico e prejudicar todas as atividades da comunidade.

Os tipos de inundações que ocorrem no território nacional são de origem fluvial, cheias repentinas, inundações pluviais e inundações marítimas em zonas costeiras. Os danos causados pelas inundações variam no território, dependendo da sua ocupação quer em termos populacionais, quer em atividades.

Em termos de conceitos é importante estabelecer que:

Inundação fluvial - Fenómeno gerado pela ocorrência de precipitação durante vários dias ou semanas, por fenómenos intensos durante um curto período de tempo, ou pelo rápido degelo de massas de gelo, resultando no alagamento das áreas circundantes, com impacto na sua ocupação. A inundação fluvial pode ainda resultar da falha de uma estrutura de defesa, tal como um dique ou uma barragem.

Inundação pluvial - Resultam de eventos de precipitação intensa que saturam o sistema de drenagem, passando o excesso de água a fluir para as ruas e estruturas próximas.

Inundações repentinas – Inundações causadas pelo rápido aumento do nível da água em riachos, rios ou outros cursos de água, normalmente leitos secos, ou em áreas urbanas, geralmente como resultado de chuvas intensas numa área relativamente pequena ou de chuvas moderadas a intensas sobre superfícies terrestres impermeáveis, ocorrendo geralmente dentro de minutos a várias horas do evento de precipitação.

Inundação costeira - Fenómeno gerado pela subida temporária do nível do mar acima da amplitude normal da maré devido à ocorrência em simultâneo ou pontualmente de sobre elevação marítima, ondas, ventos ou *tsunamis*, levando ao galgamento da linha de costa e à inundação de zonas geralmente secas.

4.1.2.1. Metodologia e critérios

A implementação da Diretiva e do Decreto-Lei, mencionados anteriormente, passa pela realização de três etapas, a executar de acordo com um calendário pré-definido:

- 1ª Fase: elaboração da avaliação preliminar dos riscos de inundações e identificação das zonas com riscos potenciais significativos;
- 2ª Fase: elaboração de cartas de zonas inundáveis e de riscos de inundações;
- 3ª Fase: elaboração e implementação dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).

As etapas são executadas de seis em seis anos, visando a respetiva reavaliação da informação. Nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), em vigor até dezembro de 2021, foram identificadas 22 áreas de risco de inundação em Portugal Continental, todas de origem fluvial. O programa de medidas definido nos PGRI, com investimento executado superior a 100,32 M€, está ainda em execução (consultar planos em <https://www.apambiente.pt/agua/1o-ciclo-de-planeamento-2016-2021>).

Para o 2.º ciclo a Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações (APRI) considerou as seguintes etapas:

- Etapa 1 – Levantamento e análise dos eventos de inundações ocorridos desde o início do ciclo anterior até ao presente;
- Etapa 2 – Reanálise das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARPSI) identificadas no ciclo anterior;
- Etapa 3 – Definição de novas ARPSI.

A realização da Etapa 1 inclui a caracterização de inundações quer sobre o seu mecanismo, origem, quer no que respeita aos impactos negativos significativos nos quatro recetores definidos na diretiva: População, Ambiente, Atividades Económicas e Turismo. A análise da informação recolhida é realizada tendo em conta os indicadores definidos, que mediante a aplicação de um sistema de ponderação permitem classificar os eventos relativamente à severidade dos seus impactos negativos.

A avaliação realizada na Etapa 1 é também o suporte para verificar se existem ocorrências de inundações que demonstrem necessidade de alterar as ARPSI do ciclo anterior. As alterações podem ser de diferentes tipos: extensão, redução, eliminação, divisão ou agregação (Etapa 2). Simultaneamente permitem verificar a necessidade de definir novas ARPSI (Etapa 3).

Na fase de avaliação preliminar de risco de inundação é ainda possível definir ARPSI que resultam de inundações sem impactos significativos conhecidos, mas com uma probabilidade não nula de produzirem consequências adversas significativas, caso voltem a ocorrer eventos futuros. O risco associado a eventuais alterações climáticas poderá ser um dos aspetos que permite suportar a existência de eventos futuros.

Foram selecionados indicadores que foram agregados por recetor: **população, atividades económicas, ambiente e património classificado** estabeleceram-se diferentes classes, que foram valoradas desde o efeito insignificante da cheia até um prejuízo muito elevado.

Para informação complementar consultar os trabalhos associados à implementação da Diretiva Inundações <https://www.apambiente.pt/agua/2o-ciclo-de-planeamento-2022-2027>.

4.1.2.2. Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações

No 2.º ciclo de planeamento da Diretiva Inundações a Avaliação Preliminar de Riscos de Inundações (APRI) teve em consideração as zonas de risco identificadas no primeiro ciclo de implementação da Diretiva n.º 2007/60/CE, de 23 de outubro, os eventos de inundação conhecidos desde dezembro 2011, potenciais eventos futuros face a riscos associados a alterações climáticas e a cooperação com o Reino de Espanha, de acordo com as determinações na diretiva em questão.

Para a RH, a APRI efetuada no âmbito do 2.º ciclo de planeamento identificou, entre 2011 e 2018, os eventos que se apresentam no Quadro 4.3. e sobre os quais sobre os quais se juntam algumas fotos exemplificativas (Figura 4.5).

Quadro 4.3 – Eventos reportados na RH, entre 2011 e 2018

Data evento	Municípios afetados	Origem da cheia	Causa	Serviços afetados	Grau de impacto na população
24/10/2011	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação	Escolas, Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
02/11/2011	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Escolas, Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
13/12/2012	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos, Campos agrícolas e Atividades turísticas	Médio
16/01/2013	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos	Médio
17/01/2013	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
22/01/2013	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
23/10/2013	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
04/01/2014	Caminha	Costeira	Forte precipitação e tempestade com forte agitação marítima	-	-
06/01/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Baixo
16/01/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Baixo
05/02/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Escolas, Hospitais, Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
14/02/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Redes viárias	Baixo
07/10/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Escolas, Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
14/10/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
03/11/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Escolas, Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
27/11/2014	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
30/01/2015	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação	Redes viárias	Médio
14/09/2015	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Redes viárias	Médio
03/10/2015	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação	Outros serviços públicos, Redes viárias	Médio
28/12/2015	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Redes viárias e infraestruturas hidráulicas	Médio
03/01/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Alto
05/02/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
11/02/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Redes viárias	Médio

Data evento	Municípios afetados	Origem da cheia	Causa	Serviços afetados	Grau de impacto na população
12/02/2016	Ponte da Barca	Fluvial	Forte precipitação, descargas de barragens nacionais e subida do rio	Redes viárias	Médio
25/02/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
14/04/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
06/05/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Outros serviços públicos e Redes viárias	Médio
12/09/2016	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e deficiente drenagem	Redes viárias	Médio
27/02/2018	Caminha	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e descargas de barragens nacionais	Redes viárias	Médio
01/03/2018	Arcos de Valdevez	Fluvial e Pluvial	Forte precipitação e subida do rio	Redes viárias	Médio
05/10/2018	Monção	Fluvial			
13/02/2016	Valença	Fluvial			Alto



Evento de 24/10/2011 em Arcos de Valdevez



Evento de 12/02/2016 em Ponte da Barca



Evento de 02/11/2016 em Arcos de Valdevez



Evento de 27/11/2014 em Arcos de Valdevez

Figura 4.5 – Eventos de inundação na RH

No rio Minho a articulação com Espanha é fundamental atendendo que na parte portuguesa da Bacia não existem infraestruturas que permitam o controlo de cheias. Já na bacia do rio Lima a albufeira do Alto Lindoso, com um volume total de armazenamento de 379 hm³, é utilizada na gestão de cheias, sendo garantido no início do ano hidrológico a existência de capacidade de encaixe para a eventualidade de ocorrerem eventos de cheias.

Nesta RH mantiveram-se com algumas alterações ao nível espacial as áreas identificadas no 1.º ciclo e foram identificadas mais 5 ARPSI (Quadro 4.4 e Figura 4.6). Decorrente da interação entre as entidades oficiais de Espanha e Portugal, foram identificadas na RH1 duas ARPSI transfronteiriças: Monção e Valença.

Quadro 4.4 – Lista de ARPSI para a RH

Designação	1.º Ciclo	Transfronteiriça	Origem	
			Costeira	Pluvial/Fluvial
Monção		X		X
Valença		X		X
Caminha				X
Ponte da Barca-Vez	X			X
Ponte de Lima	X			X
Amorosa			X	
Castelo de Neiva			X	

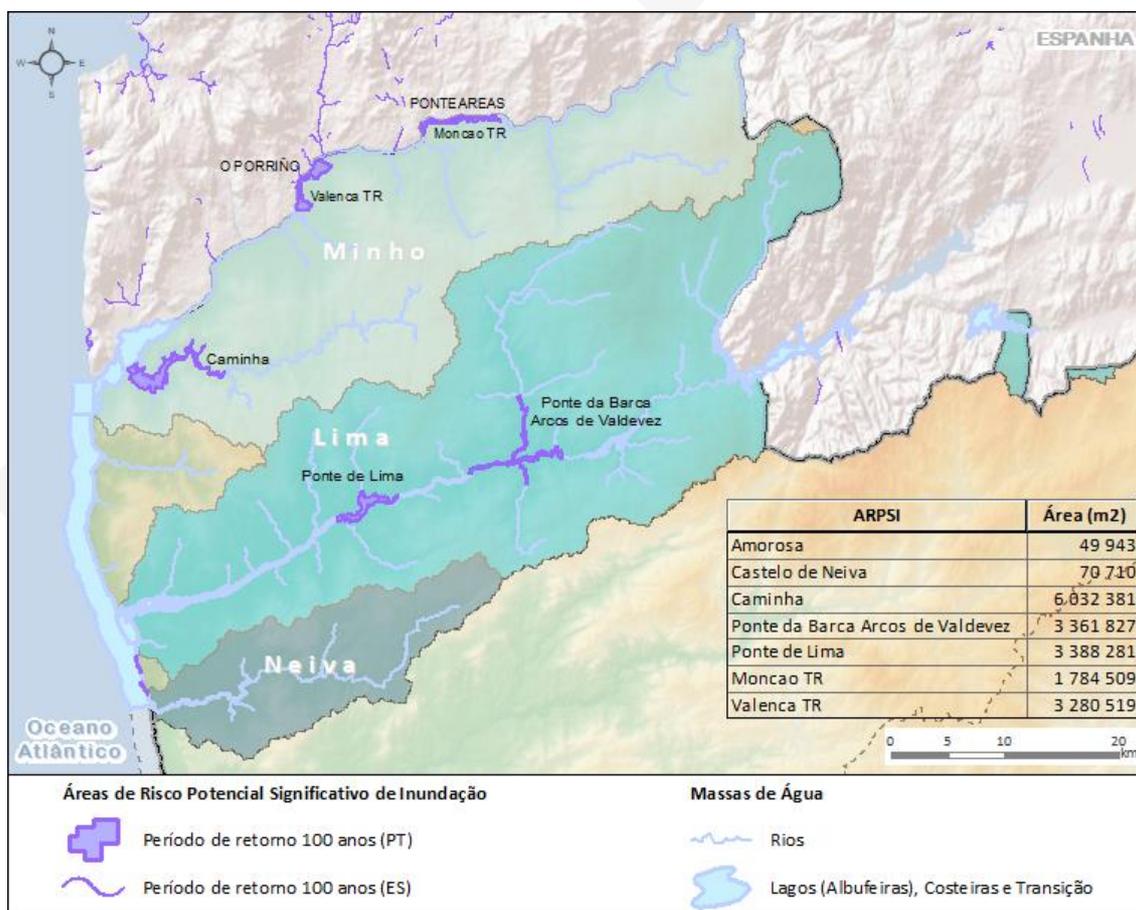


Figura 4.6 – Localização das ARPSI para a RH – 2.º ciclo, incluindo as áreas em Espanha

Para cada uma destas ARPSI foi elaborada a cartografia sobre inundações, considerando no caso das inundações fluviais/pluviais três cenários hidrológicos (associados aos períodos de retorno de 20, 100 e 1000 anos) e considerando os seguintes parâmetros:

- Limite - extensão da inundaçãõ;
- Profundidade – altura do escoamento (d);
- Velocidade - velocidade do escoamento (v);
- Critérios adotados para valoraçãõ das consequências em funçãõ dos elementos expostos;
- Perigosidade - funçãõ da altura e velocidade de escoamento;
- Risco – combinaçãõ entre a perigosidade e a natureza dos elementos expostos.

No caso das ARPSI associadas a inundações de origem costeira a modelaçãõ realizada permitiu a simulaçãõ dos fenômenos de galgamento e inundaçãõ para cada um dos locais considerando: o cálculo do nível máxímo do mar, a cartografia das zonas inundáveis e a cartografia de risco para o período de retorno de 100 anos.

A inundaçãõ costeira é geralmente causada por uma combinaçãõ de níveis de água elevados (marés e sobrelevações) e açãõ das ondas. O nível total de água junto à costa é o resultado de diferentes contribuições.

As inundações e galgamentos costeiros afetam praias, dunas costeiras, arribas, barreiras detríticas, tómbolos, sapais, faixa terrestre de proteçãõ costeira, águas de transiçãõ e respetivos leitos e faixas de proteçãõ, bem como estruturas e infraestruturas existentes na orla costeira.

Os cenários de alterações climáticas apontam para uma subida no nível médio do mar que, nalguns modelos globais de clima apontam como podendo ser superior a 1 metro, associado a um aumento do número de tempestades marítimas e, consequentemente dos riscos de galgamento costeiro e de erosãõ da linha de costa. Este risco acrescido representa, não só custos económicos significativos mas também riscos para a populaçãõ residente nas zonas costeiras.

4.1.2.3. Articulaçãõ entre PGRH e PGRI

A implementaçãõ da DAGRI decorre em estreita a articulaçãõ com a Diretiva-Quadro da Água, na medida em que ambas visam a proteçãõ do ambiente e da saúde humana. As inundações estão diretamente relacionadas com vários aspetos que são relevantes para o estado da massa de água, por este motivo são também identificadas as massas de água que podem ser afetadas pelas inundações, nas ARPSI e para os cenários modelados. O número e a categoria das massas de água identificadas na RH nas respetivas ARPSI, são as indicadas no Quadro 4.5. No Anexo I identificam-se as massas de água associadas às ARPSI definidas.

Quadro 4.5 – Número de massas de água identificadas nas ARPSI, na RH

ARPSI	Origem da Inundaçãõ	N.º Massas de água / Categoria			
		Rio	Albufeira	Transiçãõ	Costeira
Monção	Pluvial/Fluvial	2	-	-	-
Valença	Pluvial/Fluvial	2	-	-	-
Caminha	Pluvial/Fluvial	2	-	2	-
Ponte da Barca-Vez	Pluvial/Fluvial	2	-	1	-
Ponte de Lima	Pluvial/Fluvial	2	-	2	-
Amorosa	Costeira	-	-	-	1
Castelo de Neiva	Costeira	-	-	-	1

4.1.3. Erosão costeira e instabilidade de arribas

4.1.3.1. Litoral baixo e arenoso

Cerca de 20% da totalidade da faixa costeira de Portugal Continental (com uma extensão de 987 km) apresenta tendência erosiva de longo prazo medida e confirmada, afetando o litoral baixo-arenoso constituído por sistemas praia-duna. Estima-se que cerca de 45 % do litoral baixo-arenoso (que ocorre em quase metade com comprimento total da faixa costeira) seja afetado por erosão costeira (Figura 4.7).



Figura 4.7 – Linha de costa em erosão (evolução de longo prazo)

Entre 1958 e 2021 ocorreu uma perda de território costeiro de Portugal Continental devido à erosão costeira de 13.2 Km² (1320 hectares). Existem locais onde o recuo da linha costa neste período ascendeu a mais de 300m, tais como entre Cortegaça – Furadouro (concelho de Ovar), Costa Nova (concelho de Ílhavo) – Vagueira (concelho de Vagos) e Costa de Caparica (Concelho de Almada). Entre a Cova-Gala e Lavos (concelho da Figueira da Foz) o recuo foi próximo de 200 m em igual período. No Algarve, no mesmo período (1958-2021), destaca-se o recuo entre 50 m a 100 m ocorrido no troço costeiro entre a Praia do Forte Novo (concelho de Loulé) e a Praia de Faro (concelho de Faro).

No curto prazo, atendendo aos dados mais recentes de monitorização da evolução costeira do Programa COSMO (Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental), é de destacar a evolução verificada no período 2018-2021 nos seguintes troços:

- Entre Ofir/Bonança – Pedrinhas/Cedovém (2018 a 2021), com uma extensão de 2,9 km, 95% do troço encontra-se em erosão, grande parte categorizado como em situação de “Erosão Intensa”, tendo por base o esquema de classificação adotado. O recuo máximo observado neste troço foi de -10 m, com um recuo médio da ordem dos 2,5 m/ano.
- Entre a Praia de Cortegaça – Torrão do Lameiro (2018 a 2021), com uma extensão de 13,6 km, 94% do troço encontra-se em erosão, sendo metade categorizado como em situação de “Erosão Severa” ou “Erosão Extrema”. O recuo máximo observado neste troço foi de -35 m, com um recuo médio da ordem dos 5 m/ano.
- Entre a Praia de Cova-Gala – Costa de Lavos (2018 a 2021), com uma extensão de 4 km, 82% do troço encontra-se em erosão, sendo que destes 66% são categorizados como em situação de “Erosão Severa” ou “Erosão Extrema”. O recuo máximo observado neste troço foi de -42,5 m, com um recuo médio da ordem dos 4 m/ano.

Nos troços costeiros entre a Praia da Barra – Praia de Mira e Costa de Caparica, apesar da tendência erosiva de médio e longo prazo, observa-se uma aparente estabilidade no curto prazo (2018 – 2021), em parte devido aos efeitos positivos das sucessivas alimentações artificiais de praia efetuadas nos últimos anos. No Algarve, observa-se comportamento idêntico no troço entre o Forte Novo e a Praia de Faro, o qual apresenta atualmente uma situação de estabilidade relativa, fruto das três intervenções de alimentação artificial efetuadas entre 1998 e 2010 em Vale do Lobo e Forte Novo-Garrão.

As situações reportadas de estabilidade devem ser enquadradas unicamente numa perspetiva de evolução no curto prazo, mantendo-se como áreas de elevada vulnerabilidade e suscetibilidade a situações de risco costeiro, com tendência erosiva de médio e longo prazo.

4.1.3.2. Litoral de arriba

Da estimativa de erosão costeira ficam excluídos os eventos de recuo das arribas rochosas por movimentos de massa de vertente de diferentes tipos (e.g. queda de blocos, escorregamentos planares, tombamentos) e dimensões, dado que o processo evolutivo que as caracteriza, de carácter irregular e descontínuo no espaço e no tempo, é substancialmente diferente do que se verifica para o litoral baixo-arenoso. Em Portugal Continental, praticamente todo o litoral de arriba rochosa é afetado por movimentos de massa de vertente, com magnitude e frequência variáveis, função das características geológicas, geotécnicas, geomorfológicas e hidrogeológicas locais.

Desde 1995, a monitorização por observação e registo *in situ* permitiu identificar até à data, cerca de 1200 ocorrências de movimentos de massa de vertente ao longo da faixa costeira limitada por arribas rochosas. Os volumes mobilizados variam entre 1 e 30 000 m³, tendo resultado em 28 acidentes com consequências para a vida humana (19 feridos e 9 mortos) (Figura 4.8).

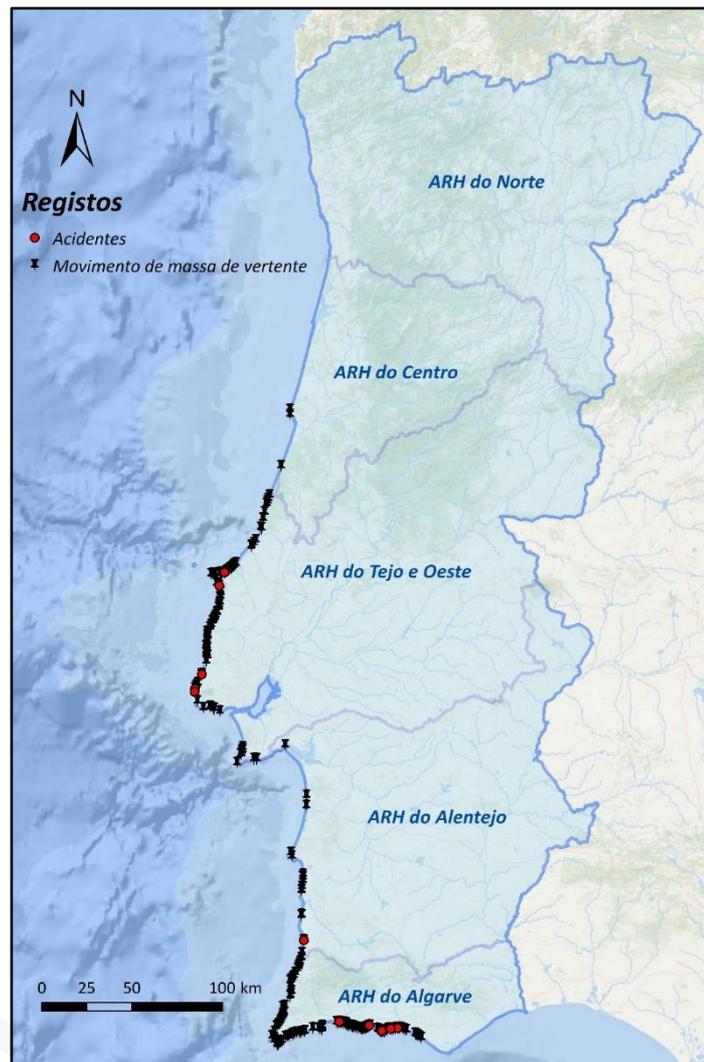


Figura 4.8 – Distribuição espacial das ocorrências de movimentos de massa de vertente em arriba e dos respetivos acidentes com pessoas

A distribuição das ocorrências de movimentos de massa por Administração de Região Hidrográfica consta no Quadro 4.6.

Quadro 4.6 – Ocorrências de movimentos de massa de vertente por ARH

ARH	Intervalo de tempo	N.º de Movimentos de Massa
Centro	2009-2021	18
Tejo e Oeste	2006-2021	644
Alentejo	2016-2021	82
Algarve	1995-2021	434

4.1.4. Incêndios florestais

Em Portugal os incêndios florestais têm destruído, nos últimos anos, milhares de hectares afetando o edificado e vastas áreas florestais. Apresenta-se na Figura 4.9, a carta de perigosidade estrutural 2020-2030 desenvolvida pelo ICNF para dar resposta a ações estruturantes.

Em termos de consequências ambientais que importa salientar:

- Erosão, devido a alterações na estrutura dos solos, levando a que mais facilmente ocorram contaminações dos mesmos e consequentemente do meio hídrico;
- Arrastamento e lixiviação de cinzas com elevado risco de alteração da qualidade da água.

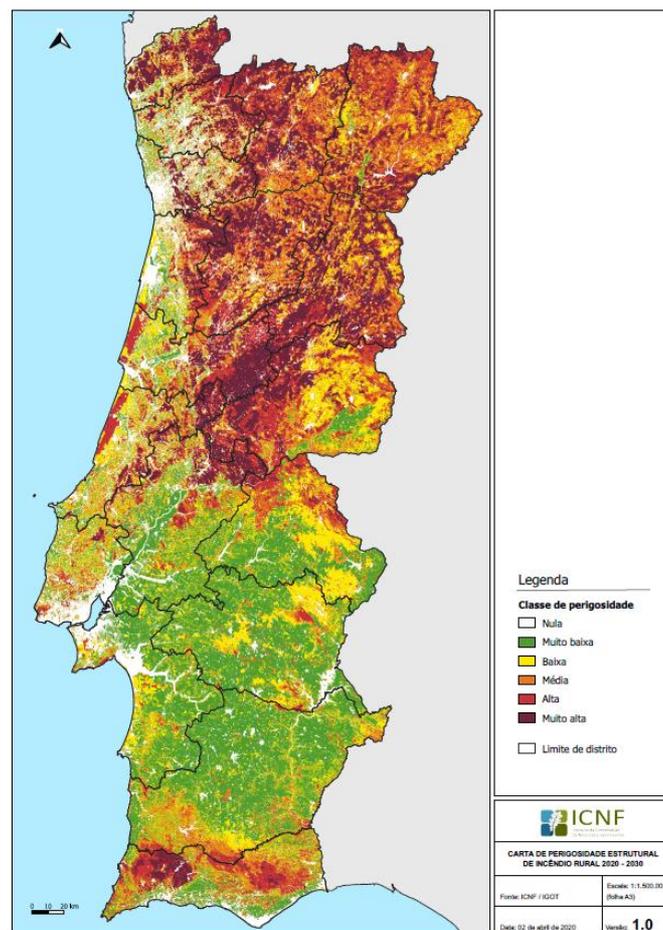


Figura 4.9 – Carta de perigosidade de incêndio florestal

Na Figura 4.10 é apresentada a evolução dos incêndios rurais em Portugal continental em termos de número de ocorrências e da correspondente área ardida.

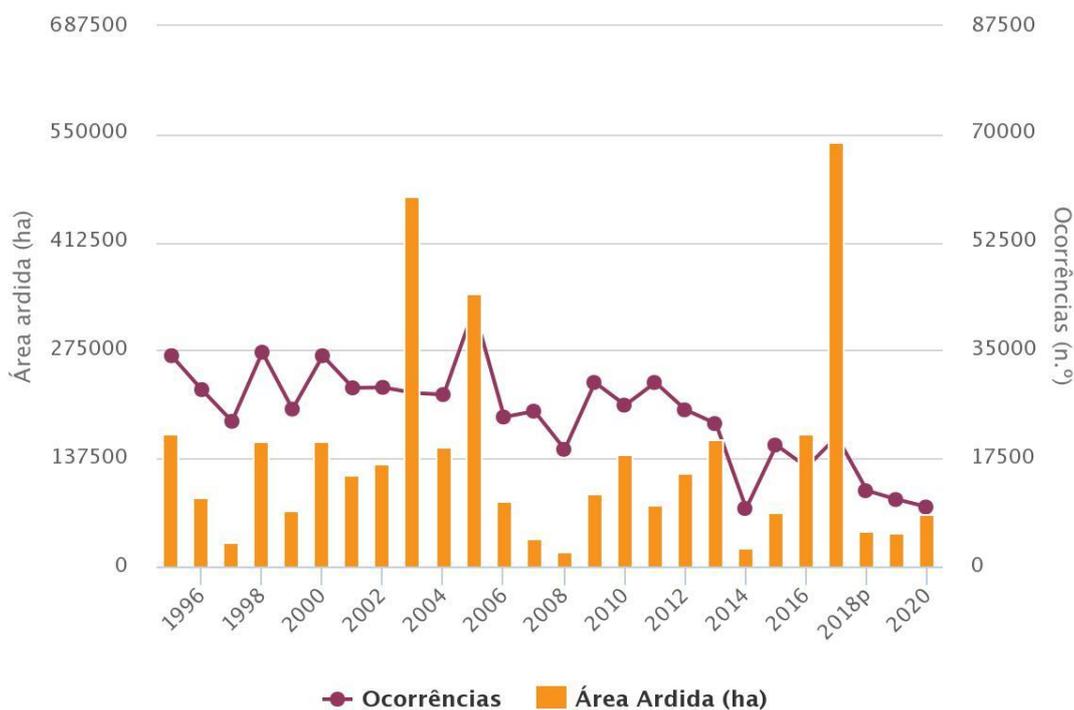


GRÁFICO INTERATIVO

Fonte: ICNF, 2021/REA

Figura 4.10 – Incêndios rurais em Portugal Continental: ocorrências e área ardida

Segundo dados do ICNF publicados no Relatório do Estado Ambiente no que respeita à evolução do número de ocorrências e da área ardida desde 1995, observa-se uma tendência de diminuição no número de ocorrências (fogachos e incêndios rurais) desde 2006, em relação aos anos anteriores. A base de dados nacional de incêndios rurais regista para o ano de 2020, um total de 9 619 incêndios rurais que resultaram em 67 170 hectares de área ardida, entre povoamentos (31 725 hectares), matos (28 954 hectares) e agricultura (6 491 hectares). O ano de 2020 registou o valor mais reduzido em número de incêndios e o quarto valor mais reduzido de área ardida, da década 2011-2020.

Na Figura 4.11 é apresentada a distribuição da área ardida por tipo de ocupação do solo entre 1995 e 2020.

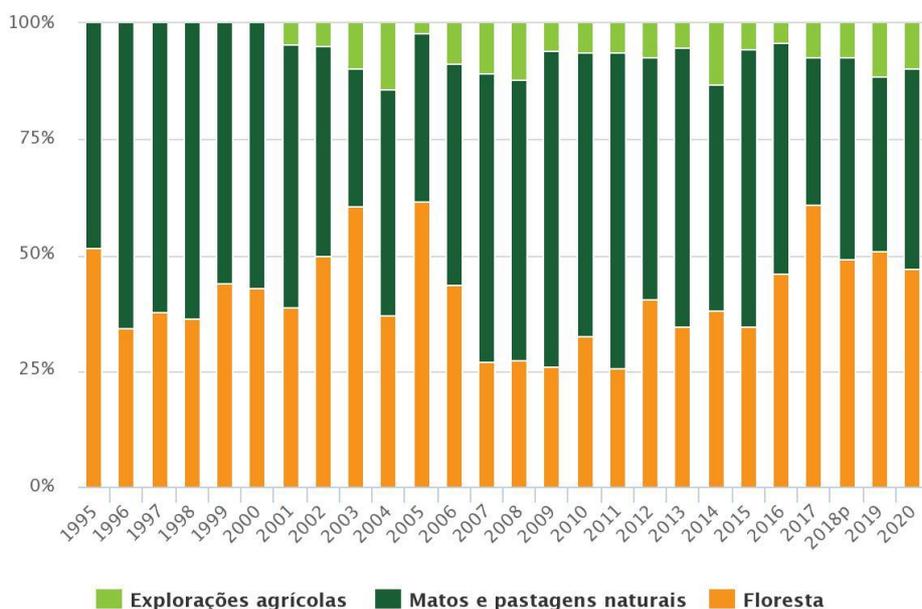


GRÁFICO INTERATIVO

Fonte: ICNF, 2021/REA

Figura 4.11 – Incêndios rurais em Portugal Continental: ocupação do solo

Ainda de acordo com dados do ICNF publicados no Relatório do Estado Ambiente, a distribuição da área ardida por tipo de ocupação do solo entre 1995 e 2020, mostra que, com pequenas exceções, os incêndios consomem mais áreas de matos e pastagens do que florestas. No entanto nos cinco últimos anos registou-se uma tendência para o aumento da proporção de floresta afetada coincidente com o ciclo de 2003, onde também se registou um aumento significativo da extensão total de área ardida.

4.1.5. Tsunamis

Os tsunamis, eventos raros associados à ocorrência de um sismo submarino forte, quando ocorrem podem ser responsáveis por impactes significativos nas zonas costeiras dependendo dos estragos da intensidade com que atingem a costa. Os estragos passíveis de ocorrer ao longo da costa, associados a um tsunami, diferem em função do local e da formação ocorrente (ex. arribas, praias, dunas, entre outros), sendo a gravidade dos mesmos variável em função da população, edifícios, equipamentos e infraestruturas afetadas.

Em Portugal Continental as regiões classificadas com suscetibilidade elevada a tsunamis distribuem-se ao longo de toda a costa Sul e Ocidental entre o Cabo de São Vicente e Peniche (Figura 4.12.) Estão igualmente classificados como zonas de suscetibilidade elevada as zonas estuarinas e lagunares existentes ao longo da linha de costa. Na RH o estuário do rio Lima apresenta moderada suscetibilidade à ocorrência deste risco.

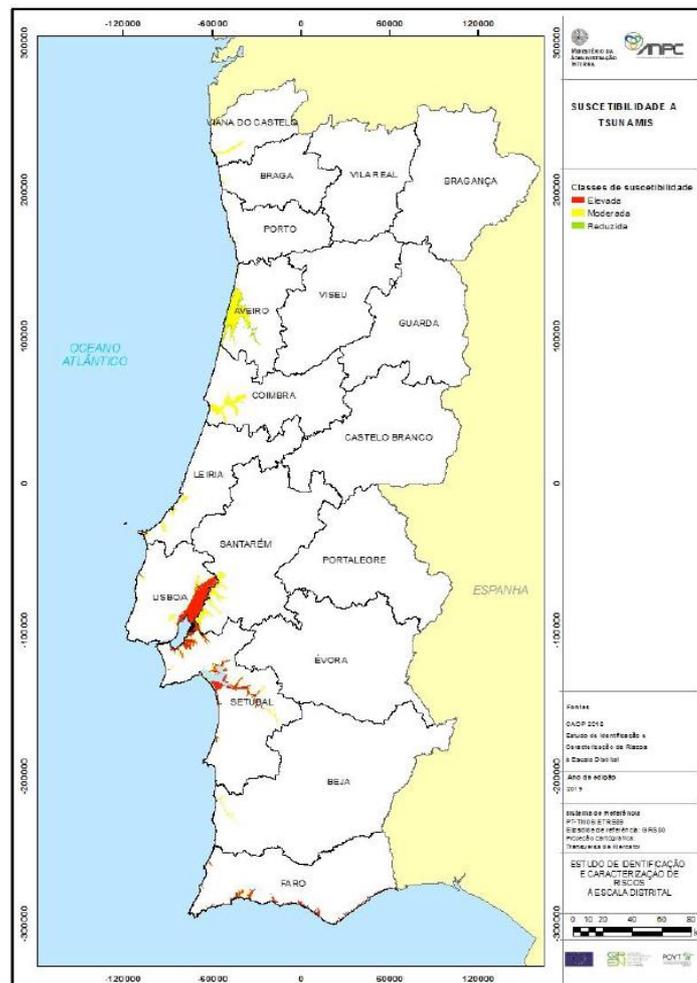


Figura 4.12 – Carta de suscetibilidade a tsunamis
(Fonte: Estudos de identificação de riscos à escala distrital – ANPC, 2015)

4.2. Riscos Tecnológicos

4.2.1. Acidentes no transporte de mercadorias perigosas

O transporte por via terrestre (por via rodoviária ou ferroviária), marítimo e fluvial de mercadorias perigosas constitui um risco devido à possibilidade de ocorrência de acidentes que envolvam a libertação não controlada da mercadoria perigosa transportada (derrame, descarga, entre outros) para o meio hídrico. A ocorrência deste tipo de risco tem maior suscetibilidade de ocorrer nas imediações das linhas de caminho-de-ferro e das estradas preferencialmente utilizadas para o transporte deste tipo de produtos.

A gravidade deste risco para o meio hídrico irá depender da sensibilidade do meio (afetação de zonas protegidas), do produto e volume libertados.

4.2.2. Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos

A existência de infraestruturas fixas para transporte de produtos perigosos como gasodutos e oleodutos constitui um risco devido à possibilidade de ocorrer um acidente com derrame de substâncias tóxicas para o meio hídrico.

A gravidade deste risco para o meio hídrico irá depender da sensibilidade do meio (afetação de zonas protegidas), do produto e volume libertados.

4.2.3. Colapso de pontes e aquedutos

O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, ponte-canal, aquedutos, entre outros) ou a rotura de adutoras e canais para transporte de água pode acarretar, para além dos danos nas próprias infraestruturas, risco de inundação, com consequências mais ou menos graves, em função das populações, infraestruturas e equipamentos afetados.

A ocorrência de acidentes com infraestruturas de transporte de água (aqueduto, canal e ponte-canal) podem colocar em causa o armazenamento e a distribuição de água potável.

4.2.4. Rutura de barragens

Em matéria de controlo de segurança de barragens compete à APA, enquanto Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, promover e fiscalizar o cumprimento dos Regulamentos de Pequenas Barragens (RPB) e de Segurança de Barragens (RSB), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março. Essas competências são exercidas em diversas fases da vida das barragens, desde a fase de projeto até e, no limite, à fase de abandono.

As barragens são infraestruturas que têm associado um risco potencial muito baixo, porém em caso de eventual rutura, provocada por ocorrências excecionais e/ou circunstâncias anómalas podem dar origem a uma onda de inundação, provocando perdas em vidas humanas, bens e ambiente.

As barragens abrangidas pelo RSB (altura igual ou superior a 15 m, medida desde a cota mais baixa da superfície geral das fundações até à cota do coroamento, ou altura igual ou superior a 10 m cuja albufeira tenha uma capacidade superior a 1 hm³) são classificadas em função da sua perigosidade.

A perigosidade de uma barragem é caracterizada em função da respetiva altura e do volume da albufeira e os danos potenciais resultantes da rutura avaliados em função do número de edificações fixas com carácter residencial permanente e da existência de infraestruturas, instalações e bens ambientais importantes

situados no vale a jusante da barragem que podem vir a ser afetados pela onda de inundação. As barragens são classificadas em 3 classes:

- Classe I
- Classe II
- Classe III

As barragens abrangidas pelo RPB sendo classificadas segundo a mesma metodologia, podem ser classificadas nas classes II e III.

O RSB estipula para as barragens de classe I a obrigatoriedade de serem elaborados Planos de Emergência Interno (PEI) e Externo (PEE) e, para as barragens de classe II, procedimentos de emergência simplificados.

Na RH1 existem três grandes barragens abrangidas pelo RSB sendo que duas são Classe I e uma Classe II. Há ainda que considerar a barragem de Friera no rio Minho, localizada em território espanhol, mas suficientemente perto da fronteira para que uma eventual rotura cause estragos em território português. O Quadro 4.7 apresenta, para esta RH, a classificação das grandes barragens segundo o Decreto-Lei nº 21/2018 e o número de Planos de Emergência aprovados.

Quadro 4.7 – Classificação das Grandes Barragens

Grandes Barragens	Classificação (D.L. nº. 21/2018)	Planos de Emergência Aprovados	
		PEI	PEE
Alto Lindoso	I	X	
Pagade	II		
Touvedo	I	X	

4.2.5. Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas

Os acidentes em equipamentos ou instalações industriais envolvendo a descarga de substâncias perigosas para o meio hídrico são riscos particularmente relevantes face à possibilidade de poder ocorrer a afetação do estado da massa de água. A ocorrência deste tipo de risco pode estar associada a diferentes fontes de poluição que se ilustram no Quadro 4.8.

Quadro 4.8 – Potenciais Riscos e Impactes associados a possíveis fontes de contaminação por substâncias perigosas

Fonte de poluição	Risco	Impactes
Instalações PCIP (REI) - instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que transpõe a Diretiva 2010/75/EU, de 24 de novembro	Problemas no sistema produtivo e/ou no sistema de tratamento de efluentes industriais, aumentando as cargas poluentes descarregados. Ocorrência de eventos excecionais (por exemplo, inundações ou sismos) que provoquem o derrame e arrastamento de matérias-primas ou subprodutos, que podem incluir substâncias perigosas.	Aumento do caudal e/ou carga dos efluentes descarregados sem tratamento adequado, incrementando as cargas poluentes, que podem incluir substâncias perigosas
Instalações Seveso - instalações abrangidas pelo regime da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto, que transpõe para direito interno a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 (Seveso III)	Ocorrência de eventos excecionais (por exemplo, inundações ou sismos) que provoquem o derrame e arrastamento de matérias-primas ou subprodutos, nomeadamente nos tanques de armazenamento das substâncias perigosas.	Aumento do caudal e/ou carga dos efluentes descarregados sem tratamento adequado, incrementando as cargas poluentes, que podem incluir substâncias perigosas. Aumento da toxicidade nos recursos hídricos devido à emissão de poluentes

Fonte de poluição	Risco	Impactes
Unidades do setor químico	Problemas no sistema produtivo e/ou no sistema de tratamento de efluentes industriais, aumentando as cargas poluentes descarregados Derrames de matérias-primas ou subprodutos, nomeadamente nos tanques de armazenamento.	Aumento da carga orgânica e inorgânica, bem como de outras substâncias perigosas nas massas de água Escorrências de substâncias químicas para as massas de água com problemas de toxicidade
Unidades de Gestão de Resíduos e Lixei­ras seladas	Mau funcionamento ou ocorrência de problemas na rede de drenagem ou do sistema de tratamento dos lixiviados	Aumento da carga orgânica e inorgânica, bem como de outras substâncias perigosas nas massas de água devido aos lixiviados
Minas	Escorrências superficiais Infiltração de águas ácidas que resultam da lixiviação das escomb­reiras, bacias de decantação e depósito de lamas	Contaminação das massas de água superficiais e subterrâneas através dos lixiviados, das descargas dos sistemas de tratamento de efluentes Possíveis contaminações com metais pesados ou elementos radioativos
Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas (> 2000 e.q.)	Situações de interrupção de funcionamento, avarias graves ou funcionamento deficiente, resultando na descarga dos efluentes brutos ou sem o nível de tratamento adequado. Ocorrência de eventos excepcionais (por exemplo, inundações ou sismos)	Aumento das cargas poluentes nas massas de água, como cargas orgânicas microbiológicas e outras substâncias
Postos abastecimento/Estações de serviço	Derrame de combustível durante a trasfega, derrames nos tanques de armazenamento de combustíveis e derrames ou rejeições de efluentes com hidrocarbonetos e outros compostos orgânicos Ocorrência de eventos excepcionais (por exemplo, inundações ou sismos)	Escorrência de hidrocarbonetos, óleos para as massas de água
Infraestruturas de transporte de matérias perigosas (gasodutos, rodovias)	Derrame dos produtos transportados resultando em poluição concentrada e imediata	Escorrência para as massas de água das substâncias transportadas
Emissários submarinos	Mau funcionamento, rotura na proteção ocasionando a descarga de efluentes (urbanos e/ou industriais) Ocorrência de eventos excepcionais (por exemplo, inundações ou sismos)	Contaminação das águas com poluentes, nomeadamente orgânicos e microbiológicos
Instalações portuárias	Derrame de combustível, óleos e de matérias perigosas transportadas pelos navios Ocorrência de eventos excepcionais (por exemplo, inundações ou sismos)	Contaminação das águas por substâncias perigosas e por hidrocarbonetos

Em caso de acidente, os danos provocados nos recursos hídricos decorrentes de emissões de substâncias perigosas são determinados por inúmeros parâmetros, designadamente:

- As propriedades intrínsecas das substâncias – toxicidade, persistência, bioacumulação, solubilidade em meio aquoso, entre outros;
- O comportamento da substância no meio aquático – evaporação, sedimentação, diluição, reatividade química, degradação, etc.;
- As condições físicas do meio hídrico – características físicas e biofísicas da bacia, propriedades físico-químicas da massa de água, caudais, estado da massa de água, entre outros.

A avaliação de risco de contaminação dos recursos hídricos resultante de rejeições acidentais de substâncias perigosas (tóxicas, persistentes, bioacumuláveis) para a água parte, não só da identificação e hierarquização das principais fontes poluentes, mas também da hierarquização da sensibilidade e suscetibilidade à contaminação das massas de água passíveis de afetação. Como tal, ao risco inerente às fontes de poluição identificadas, acresce o risco afeto à própria massa de água passível de afetação (superficial e subterrânea), ao qual será tanto maior quanto a sensibilidade/importância ecológica da massa de água.

Face às consequências para o meio hídrico definiu-se uma escala de severidade que pretende qualificar a importância de um eventual episódio de poluição acidental, recorrendo à tipologia e à classificação das atividades potencialmente poluentes e uma escala de significância, que é dado exclusivamente pela presença de substâncias perigosas, representando assim o seu potencial de contaminação máximo, não se assumindo assim a atenuação do risco dada pelos sistemas de prevenção, controlo e gestão de acidentes das instalações, que se desconhecem (Quadro 4.9).

Quadro 4.9 – Classificação de severidade dos impactes

Tipologia das atividades	Severidade para a massa de água	Índice de severidade
Instalações Seveso	Muito elevada	5
Instalações PCIP (REI) (exceto pecuárias e aviários) Unidades do setor químico	Elevada	4
Instalações PCIP (REI) pecuárias Unidades de Gestão de Resíduos e lixeiras seladas ETAR urbanas (> 2000 e.p.)	Moderada	3
Instalações PCIP (REI) Aviários Instalações portuárias Minas	Baixa	2
Postos abastecimento/Estações de serviço Emissários submarinos Infraestruturas de transporte de matérias perigosas	Muito baixa	1

O Quadro 4.10 apresenta, por tipo de instalação/infraestrutura e respetivo índice de severidade, as massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais, sem prejuízo de outras massas de água adjacentes poderem também ser afetadas. Importa referir que a mesma instalação pode estar abrangida por mais do que uma categoria por exemplo, uma instalação pode estar enquadrada em classes de severidade diferentes, decorrente dos regimes ambientais a que está sujeita e das infraestruturas associadas (por exemplo, infraestruturas de rejeição do tipo emissário submarino associadas a instalações REI/Seveso).

Quadro 4.10 – Massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais

Tipo de Instalação/infraestrutura	Instalações /infraestruturas (N.º)	Índice de severidade	N.º de massas de água diretamente afetadas	
			Superficiais	Subterrâneas
Instalações Seveso	5	5	5	-
Instalações PCIP (REI) (exceto pecuárias e aviários)	12	4	5	-
Unidades do setor químico	1	4	1	-
Instalações PCIP (REI) -Pecuárias	0	-	-	-
Unidades de Gestão de Resíduos (Aterros não REI e lixeiras seladas)	18	3	2	2
ETAR Urbanas >2000 e.p.	17	3	15	-

Tipo de Instalação/infraestrutura	Instalações /infraestruturas (N.º)	Índice de severidade	N.º de massas de água diretamente afetadas	
			Superficiais	Subterrâneas
Instalações PCIP (REI) -Aviários	0	-	-	-
Instalações portuárias	10	2	2	-
Minas	27	2	10	2
Postos abastecimento/Estações de serviço	77	1	33	-
Emissários submarinos	1	1	1	-
Infraestruturas de transporte de matérias perigosas	385	1	56	-

Na RH, as infraestruturas de transporte de matérias perigosas que incluem ferrovias, gasodutos e rodovias são as instalações que abrangem maior número de massa de água, seguindo-se os postos de abastecimento/estações de serviço, estando ambas as categorias classificadas com severidade muito baixa. Com severidade muito elevada destacam-se as instalações Seveso, abrangendo cinco massas de água superficiais.

O mapa da Figura 4.13 ilustra as massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais de acordo com a classe de severidade atribuída ao tipo de instalação/infraestrutura existente na RH.

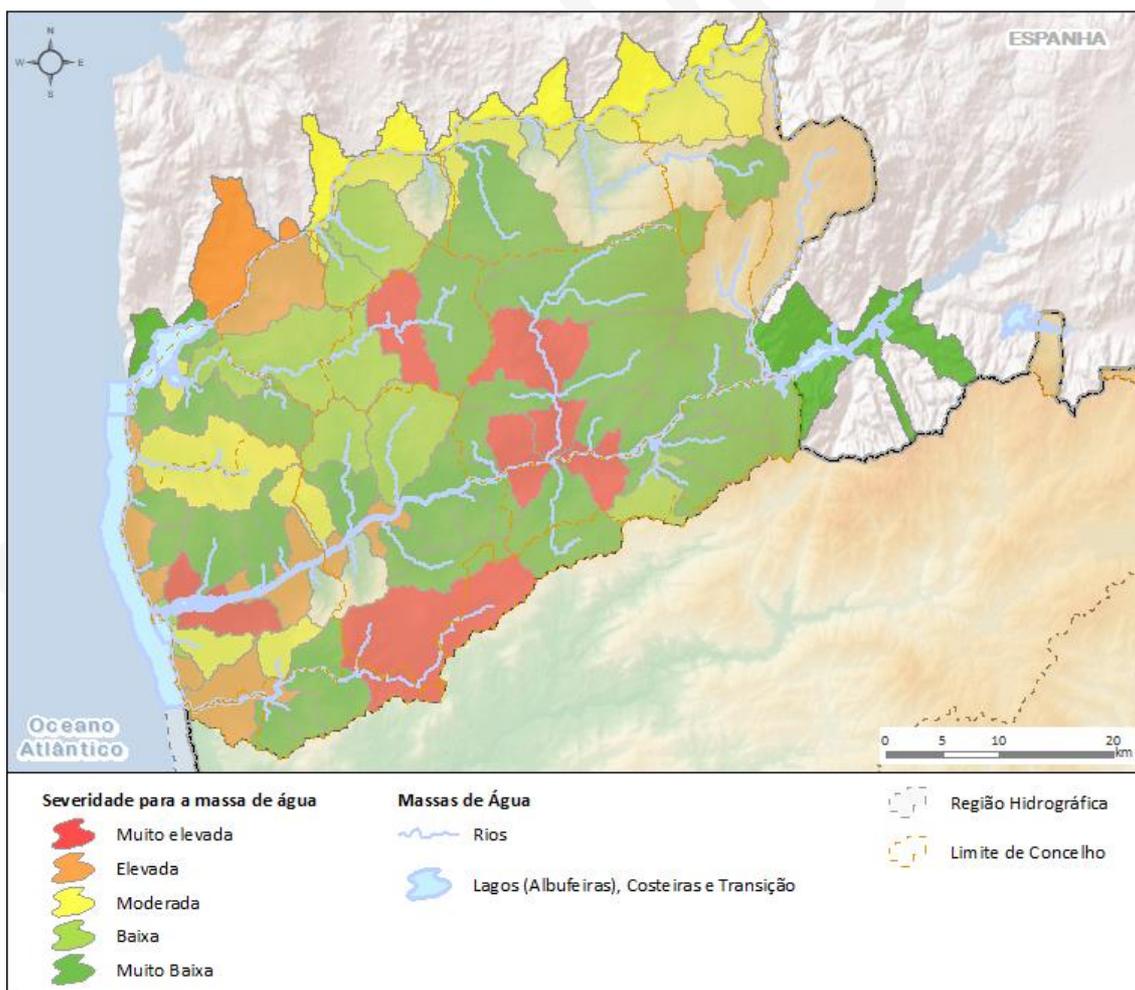


Figura 4.13 – Massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes acidentais, por classe de severidade

Projeto PGRH

ANEXOS



ANEXO I - Lista das massas de água identificadas nas ARPSI

Projeto PGRH